

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



LUÍS ALBERTO SERREIRA PEBRE PEREIRA

Intendente da PSP

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO FINAL

IV CURSO DE DIREÇÃO E ESTRATÉGIA POLICIAL

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA E A
VIDEOVIGILÂNCIA URBANA -
O CASO DA AMADORA**

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 7 de novembro de 2017



Trabalho de Investigação Final (TIF) apresentado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da Polícia de Segurança Pública, nos termos e requisitos definidos no Regulamento do IV Curso de Direção e Estratégia Policial, sob orientação científica do Professor Doutor Eduardo Pereira Correia.

*“You need the haystack
to find the needle”*

Gen. Keith B. Alexander
Diretor da NSA

AGRADECIMENTOS

À Clara, à Alice, à Patrícia e ao Diogo por serem o meu incentivo diário.

Aos meus amigos, pela paciência e preciosos contributos que me transmitiram.

Aos elementos da Divisão da Polícia de Segurança Pública da Amadora, pelo apoio, força, camaradagem e amizade que sempre me transmitiram na minha vida profissional.

À Câmara Municipal da Amadora, em especial à Senhora Presidente da Câmara, Dra. Carla Tavares e a todo o seu *staff*, pela total disponibilidade e apoio, desde o primeiro minuto, para que o projeto de instalação do sistema de videovigilância na cidade da Amadora avançasse e seja hoje uma realidade que, decerto, irá contribuir para uma melhor e maior segurança e tranquilidade no concelho amadoreense.

Um agradecimento muito especial a todos os que aceitaram e demonstraram disponibilidade para serem entrevistados no âmbito deste trabalho. Os seus testemunhos e opiniões em muito contribuíram para a elaboração deste estudo. Ao Mestre Rui Pereira, à Dra. Helena Fazenda, à Dra. Carla Tavares, ao Superintendente-Chefe Manuel Magina da Silva e ao Superintendente Jorge Maurício, o meu reconhecido agradecimento.

Por fim, ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Pereira Correia, pela ajuda inexcedível e valiosos auxílios na orientação e revisão final deste projeto. A sua forma dedicada e disponível como acompanhou este projeto, bem como os seus conhecimentos científicos, foram imprescindíveis para ultrapassar todas as dificuldades sentidas.

RESUMO

POLÍTICAS DE SEGURANÇA E A VIDEOVIGILÂNCIA URBANA - O CASO DA AMADORA

LUÍS ALBERTO SERREIRA PEBRE PEREIRA

Poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a violência e a criminalidade. Os atentados terroristas de matriz islamista que grassaram na Europa nos últimos anos trouxeram à discussão pública um novo impulso nas dinâmicas de segurança, prevenção situacional e uso das novas tecnologias para fazer face a ameaças globais e transnacionais.

As novas políticas de segurança surgiram mais vocacionadas para os problemas concretos das comunidades, quer na sua dimensão social, quer na sua dimensão securitária. Esta evolução na área securitária envolveu novos atores, entre instituições regionais e locais, numa nova sinergia de esforços entre comunidades e forças de segurança, autarquias e Estado, numa abordagem integrada e transversal dos problemas reais que afetam a tranquilidade e ordem públicas das populações. Com o surgimento das novas gerações de contratos locais de segurança surge, inequivocamente, a implementação e utilização das novas tecnologias ao serviço da segurança, em especial a aplicação de sistemas de videovigilância urbana no campo da prevenção e investigação criminais.

Neste trabalho procuramos apresentar a evolução de tais sistemas em Portugal, comparando os mecanismos operacionais e legislativos com outros países europeus, designadamente o Reino Unido e a Itália.

Numa tendência evolutiva percecionámos que, no caso nacional, as forças de segurança devem assumir um papel mais interventivo e supervisor na instalação e gestão deste tipo de ferramentas tecnológicas.

Palavras-chave: Segurança; Videovigilância; Políticas de Segurança; Polícia.

ABSTRACT

SECURITY POLICIES AND URBAN VIDEO SURVEILLANCE - THE CASE OF AMADORA.

LUÍS ALBERTO SERREIRA PEBRE PEREIRA

Few social problems mobilize both public opinion and violence and crime. The terrorist attacks of the Islamist matrix that wreaked havoc in Europe in recent years have brought to public discussion a new impetus in the security dynamics, situational prevention and the use of new technologies to cope with global and transnational threats.

The new public security policies have emerged more towards the concrete problems of the communities, both in their social dimension and in their security dimension. This evolution in the security area involved new actors, between regional and local institutions, in a new synergy of efforts between communities and security forces, municipalities and state, in an integrated and transversal approach to the real problems affecting tranquility and Public order of the populations. With the emergence of new generations of local security contracts, it is unequivocally the implementation and use of new technologies to the security service, in particular the application of urban surveillance systems in the field of criminal prevention and investigation.

In this work we seek to present the evolution of such systems in Portugal, compared to the operational and legislative mechanisms with other European countries, namely the United Kingdom and Italy.

In an evolutionary trend, we believe that, in the national case, the security forces must take on a more interventional and supervisory role in the installation and management of this type of technological tools.

Keywords: Safety; Video Surveillance; Security policy; Police.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMA	Assembleia Municipal da Amadora
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
ANMP	Associação Nacional dos Municípios Portugueses
CCSI	Conselho Superior de Segurança Interna
CCTV	<i>Closed Circuit Television</i>
CESOP	Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa
CLS	Contratos Locais de Segurança
CMA	Câmara Municipal da Amadora
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
EIC	Esquadra de Investigação Criminal
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
PALOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGSSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIEJ	Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIS	Serviço de Informações de Segurança
SSA	Sistema de Autoridade Aeronáutica
SSI	Sistema de Segurança Interna
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIF	Trabalho de Investigação Final
TN	Território Nacional
UPS	<i>Uninterruptible Power Supplies</i>
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis

ÍNDICE

Nota de Abertura.....	II
Dedicatória.....	III
Agradecimentos	IV
Resumo.....	V
Abstract	VI
Lista de siglas e abreviaturas	VII
 INTRODUÇÃO.....	 1
 Nota metodológica	 7
 Capítulo I: VIDEOVIGILÂNCIA URBANA ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA - PRIVACIDADE VERSUS SEGURANÇA. O PAPEL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA SUPERVISÃO DA VIDEOPROTEÇÃO	
I. 1 A videoproteção: política de segurança e limites legais. Privacidade ou segurança?	9
I. 2 Análise comparativa do sistema português, inglês e italiano	18
I. 2.1 A videovigilância em Portugal.....	19
I. 2.2 A videovigilância no Reino Unido	22
I. 2.3 A videovigilância em Itália.....	25
I. 3 As competências das forças de segurança portuguesas – dificuldades e constrangimentos.....	29
 Capítulo II: SEGURANÇA PÚBLICA NA AMADORA – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO	
II. 1 Caracterização sócio-criminal do município da Amadora	32
II. 2 As políticas e estratégias de segurança no concelho da Amadora	39
II. 3 A evolução das estratégias de segurança e os contratos locais de segurança	43

Capítulo III: O SISTEMA DE VIDEOPROTEÇÃO NA AMADORA

III. 1 A implementação do sistema de videovigilância (CCTV)	48
III. 2. Gestão Operacional.....	52
III. 3 Desafios e perspetivas futuras	54
CONCLUSÃO	58
Referências Bibliográficas	63
Apêndice	71

INTRODUÇÃO

Os recentes ataques terroristas na Europa relançaram o debate sobre as questões de segurança nas sociedades democráticas, trazendo à discussão a dicotomia liberdade *versus* segurança e as suas implicações.

Em Portugal - apesar de ter sido um dos países não afetados diretamente por ataques terroristas de matriz islamista -, o debate sobre a prevenção e controlo deste tipo de violência adquiriu um novo impulso e várias medidas foram colocadas em vigor¹. Esta discussão pública veio também expor a questão do controlo e prevenção de atos contrários à Lei, nomeadamente através do recurso a sistemas de videovigilância (CCTV)² em locais públicos e da sua regulamentação.

Após os atentados de 17 de agosto de 2017, em Barcelona, várias imagens do sistema de CCTV em uso na capital catalã foram divulgadas pela imprensa espanhola e internacional, nas quais é possível seguir todos os passos do principal suspeito do atentado, antes, durante e após o ataque³. Podemos selecionar vários exemplos recentes de casos concretos em que os sistemas de CCTV foram utilizados na ajuda às autoridades policiais para a reconstituição e investigação de inúmeros casos associados à criminalidade violenta e grave e/ou terrorismo.

Na tabela seguinte preparámos uma cronologia, baseando-nos em fontes abertas⁴, para reconstituir os principais ataques terroristas em solo europeu desde

¹ Após o atentado cometido nas Ramblas - Barcelona, por indivíduos associados ao grupo terrorista autodenominado *Estado Islâmico* (ou *Daesh*), com recurso a uma viatura para atropelamento massivo de transeuntes, no dia 17 de agosto de 2017, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) aprovou uma deliberação que permitiu colocar, em Belém, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, 50 blocos de cimento, assim como na zona da baixa da cidade, onde foram colocados pilaretes de metal nos eixos com maior afluência. In "Terrorismo. Lisboa reforça segurança com blocos de cimento e pilaretes". *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 2017: disponível em <https://sol.sapo.pt/artigo/577084/terrorismo-lisboa-reforca-seguranca-com-blocos-de-cimento-e-pilaretes>. [Consultado em 22 de agosto de 2017].

² *Closed Circuit Television* (CCTV).

³ "As imagens do suspeito a fugir após o ataque nas Ramblas". *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 2017: disponível em <https://www.dn.pt/mundo/interior/as-imagens-do-suspeito-a-fugir-apos-o-ataque-nas-ramblas-8718225.html>; "Vídeo mostra passagem da carrinha a alta velocidade nas Ramblas". *Sic Notícias*, 18 de Agosto de 2017: disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/ataque-em-barcelona/2017-08-18-Video-mostra-passagem-da-carrinha-a-alta-velocidade-nas-Ramblas>. [Consultado em 22 de agosto 2017].

⁴ In *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Rádio Televisão Portuguesa* (RTP), disponíveis, respetivamente, em <https://www.dn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-desde-2004-8534384.html>; <https://www.jn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-atribuidos-aos->

o início da década de 2000 e, nos quais, o recurso aos sistemas de CCTV, públicos e privados, permitiu o desenvolvimento das investigações subsequentes:

Tabela 1. Atentados terroristas na Europa

ANO	MÊS	PAÍS	CIDADE	MORTOS	FERIDOS
2017	agosto	Espanha	Barcelona	16	125
2017	junho	Inglaterra	Londres	7	30
2017	maio	Inglaterra	Manchester	22	59
2017	abril	Suécia	Estocolmo	4	15
2017	março	Inglaterra	Londres	5	31
2016	dezembro	Alemanha	Berlim	12	48
2016	julho	França	Nice	86	434
2016	março	Bélgica	Bruxelas	32	300
2015	novembro	França	Paris	130	350
2015	fevereiro	Dinamarca	Copenhaga	2	5
2015	janeiro	França	Paris	17	5
2014	maio	Bélgica	Bruxelas	4	0
2013	maio	Inglaterra	Londres	1	0
2012	março	França	Toulouse	7	0
2005	julho	Inglaterra	Londres	56	700
2004	novembro	Holanda	Amsterdão	1	0
2004	março	Espanha	Madrid	191	2000
TOTAL				593	4102

As consequências destes atos criminosos – cerca de 600 mortos e mais de 4000 feridos, além de danos materiais e percepção de um sentimento de insegurança crescente na Europa – conduziram a uma nova consciência sobre o fenómeno terrorista de matriz islamista, enquanto ameaça global. A comunidade internacional sentiu necessidade de reagir e explorar novas medidas de prevenção e combate do fenómeno terrorista de matriz islamista que, com especial incidência a partir de 2015, tomou conta das agendas políticas dos principais países ocidentais.

Ao longo dos anos, a aplicação de sistemas de videovigilância ou de videoproteção, com a potencialidade de poderem efetuar o cruzamento de

[movimentos-islamitas-5089588.html;https://www.rtp.pt/noticias/mundo/numero-de-mortos-no-atentado-de-barcelona-sobe-para-16-n1023440](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/numero-de-mortos-no-atentado-de-barcelona-sobe-para-16-n1023440). [Consultados em 13 de setembro de 2017].

informação pessoal e detetar movimentos de indivíduos tem vindo a marcar as políticas de segurança nacional e internacional (FROIS, 2011, p. 13). Segundo a autora, os ataques de Madrid em 2004 ou os atentados de Londres de 2007, acrescentados ao mediático e violento ato terrorista do 11 de setembro de 2001, seguido em direto nas televisões por milhões de pessoas em todo o mundo, vieram trazer uma visibilidade e importância gradual e crescente do paradigma da “guerra ao terror” nas áreas da política, segurança e tecnologia (FROIS, 2011).

Os sistemas de videovigilância a implementar em espaços públicos de utilização comum constituem uma valiosa ferramenta e instrumento complementar da atividade policial, preventiva e reativa. Além de uma capacidade preventora, estes sistemas permitem também agilizar e maximizar a resposta policial a cada situação em concreto, facilitando, de igual modo, as diligências no domínio da investigação criminal.

Durante muitos anos, as políticas de segurança foram aplicadas na generalidade e não eram desenvolvidas tendo em consideração as especificidades e os problemas locais. A partir da década de 90 do século XX, os governos começaram a aplicar novas estratégias e modelos de resposta à insegurança, objetiva e subjetiva, de forma integrada, numa aposta em novas políticas sectoriais. A segurança assumiu um papel crucial, com o surgimento de diversos programas de policiamento orientados para a sociedade e mais próximos dos cidadãos, tendo estes uma intervenção direta na sua própria segurança.

O papel político passou a ser mais interventivo no setor da segurança, de forma a responder aos problemas colocados pela sociedade civil. Neste pressuposto, os governos passaram a assumir uma maior mediação social e o desenvolvimento dos programas especiais de policiamento assentou numa maior proximidade com o cidadão.

Neste sentido, as políticas públicas de segurança passam a compreender melhor os problemas e disfuncionalidades de um ou mais setores do Estado, procurando encontrar uma solução mais eficaz para os problemas de segurança que existem no seio da sociedade (OLIVEIRA, 2001).

As novas estratégias iniciadas em finais da década do século passado passaram a englobar novos processos de parcerias e uma maior intervenção dos Conselhos Municipais de Segurança. As Autarquias envolveram-se em novos contratos-programa no reforço dos programas especiais de policiamento e, em especial, na implementação da instalação de dispositivos de prevenção situacional, merecendo destaque, neste contexto, os sistemas de CCTV (OLIVEIRA, 2001).

As novas políticas de prevenção da criminalidade e de segurança de proximidade basearam-se, principalmente, no incremento do papel dos Conselhos Locais de Segurança e na realização de uma nova geração de Contratos Locais de Segurança (CLS). Neste contexto, e, atenta a natureza do nosso trabalho, merece especial menção a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco.

O concelho da Amadora acabou por ser um concelho pioneiro na implementação deste tipo de tecnologia de segurança. Iniciado em 2012, este projeto começou com um levantamento exaustivo realizado pela Polícia de Segurança Pública (PSP) dos *hotspots* da criminalidade, nomeadamente em função da análise criteriosa dos registos estatísticos nas artérias da cidade da Amadora, em particular dos índices de roubos e furtos. A implementação do sistema de CCTV ocorreu em 2016 e a sua inauguração oficial realizou-se a 16 de maio de 2017. Passados cinco anos desde o levantamento inicial dos locais onde foram instaladas as câmaras do CCTV, é legítimo questionar qual a mais-valia da sua localização, bem como a forma de supervisão e monitorização que é conferida legalmente às forças policiais.

O programa do XXI Governo Constitucional⁵ reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco.

⁵ Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2018. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/prog-gc21/20151127-programa.aspx>. [Consultado em 27 de junho de 2017].

Desta forma, a videovigilância é hoje um conceito implicado numa forma de controlo da vida privada dos cidadãos. Procuraremos desmistificar este pré-julgamento e explorar a dicotomia liberdade e segurança numa perspetiva pragmática associada ao conceito da videoproteção, enquanto ferramenta fundamental para a garantia da liberdade, segurança e bem-estar da população.

Por outro lado, a implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciárias de meios de videoproteção, públicos e privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento, não prevê esta capacidade de controlo por parte das polícias, pelo que procuraremos analisar a legislação atual e vislumbrar melhorias que transfiram maior eficácia securitária, ao mesmo que tempo que elaboraremos uma análise comparativa com os sistemas legais em vigor em no Reino Unido e em Itália. Optámos por uma breve análise comparativa dos sistemas legislativos e operacionais nestes dois países por duas razões específicas: o Reino Unido, por ser o país europeu com maior número de câmaras de sistemas de CCTV instaladas e a Itália por ser o país europeu com maior experiência no combate e investigação ao crime organizado, na qual o recurso aos sistemas de videovigilância tem demonstrado ser um meio valioso no auxílio ao trabalho das autoridades judiciárias e policiais.

Paralelamente, consubstancia também um objetivo do presente trabalho, a análise do estudo de caso de implementação do sistema de videovigilância na cidade da Amadora, integrada num conjunto de políticas de segurança e contratos com autoridades do poder central e local, tentando contribuir para uma abordagem holística e integrada desta problemática. Simultaneamente procuraremos verificar o desenvolvimento do programa traçado e a correspondente avaliação. Para tal, avançamos as seguintes hipóteses que procuraremos confirmar ou infirmar nas conclusões, de acordo com o desenvolvimento do nosso trabalho:

- 1) A introdução dos sistemas de CCTV, ao abrigo das novas tecnologias de informação e comunicação, consubstanciam políticas de segurança?
- 2) Serão os sistemas de CCTV eficazes na prevenção e combate à criminalidade?

- 3) Qual o papel das forças e serviços de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?
- 4) Que resultados para a segurança da população local do município da Amadora trouxe a implantação do sistema de CCTV?

NOTA METODOLÓGICA

Os resultados obtidos até ao momento com a implementação do CCTV no concelho da Amadora são, ainda, limitados para uma análise que importa desenvolver a médio/longo prazo. Um dos nossos objetivos primordiais consiste em desenvolver uma análise dos resultados desta recente implementação, bem como uma verificação da metodologia de prevenção criminal e do impacto na melhoria da qualidade de vida e bem-estar securitário da população amadorenses. Paralelamente, e considerando as novas políticas de segurança desenvolvidas nas últimas décadas, procuraremos aferir o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) neste contexto, designadamente os sistemas de CCTV, no sentimento de insegurança, objetivo e subjetivo, da população do município da Amadora.

Também é passível de análise o trabalho legalmente estabelecido para as forças de segurança neste contexto, procurando avançar para uma solução de complemento de esforços e supervisão centralizada, como se observa em vários países europeus.

Procuraremos analisar, de forma multidisciplinar, as múltiplas vertentes em causa, desde a sua génese até à sua maturação, de forma a apresentar uma caracterização das novas políticas de segurança, em particular o uso das novas tecnologias, o mais completa possível e, ao mesmo tempo, perceber como as Forças e Serviços de Segurança (FSS) acompanham e monitorizam, do seu ponto de vista e competência, a implementação operacional de tais políticas e qual o seu papel e desempenho.

Neste sentido, optámos por realizar um estudo de carácter descritivo-teórico, com base numa metodologia compósita, recorrendo a conhecimentos da área das Ciências Policiais, Sociologia e História, bem como ao conjunto de teorias e métodos científicos, apoiados na análise de bibliografia e documentação de fontes abertas, nacionais e internacionais. A pesquisa alicerçou-se na vivência profissional do autor, enquanto oficial de Polícia e, principalmente, da sua experiência enquanto comandante de diversas unidades operacionais da PSP, nos diferentes escalões.

Não obstante, propõe-se como técnicas de recolha de informação a análise documental das fontes disponíveis sobre o objeto de estudo e, paralelamente, a observação direta participante e a entrevista. Nas entrevistas, utilizámos o método qualitativo de entrevistas dirigidas a elementos dirigentes do poder central, local e FSS, tendo em vista recolher, de forma seletiva, os principais entendimentos, perceções, definições, controvérsias e sentimentos dos entrevistados em relação ao objeto de estudo.

CAPÍTULO I: A VIDEOVIGILÂNCIA URBANA ENQUANTO POLÍTICA DE SEGURANÇA - PRIVACIDADE *VERSUS* SEGURANÇA. O PAPEL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NA SUPERVISÃO DA VIDEOPROTEÇÃO

I.1. A VIDEOPROTEÇÃO: POLÍTICA DE SEGURANÇA E LIMITES LEGAIS. PRIVACIDADE OU SEGURANÇA?

Cabe ao poder político assegurar a justiça e segurança dos seus cidadãos, estabelecendo-se, nesta conjuntura, uma relação estratégica entre a política e a segurança, enquanto conceitos autónomos de investigação das questões e desafios de qualquer Estado moderno (CORREIA, 2012).

Para garantir a segurança surgem várias instituições estaduais que usam força e violência de uma forma concertada e que detêm autoridade em nome coletivo. O surgimento do Estado e a garantia da segurança são resultados um do outro e o primeiro assumiu o monopólio da violência legítima pelo estabelecimento de uma via coerciva e mediadora denominada de administração policial (OLIVEIRA, 2006).

O relacionamento entre a segurança, a polícia e o poder político acaba por ser intrincado. A segurança é um elemento fundamental e uma garantia que deve ser produzida e estar disponível de modo a que uma sociedade democraticamente considerada consiga atingir uma paz pública estável e duradoura. Essa segurança é do interesse do poder político, porquanto este visa a governação de um Estado de modo a que este seja tão próspero quanto possível. Porém, a determinação de certas condutas só é possível mediante a administração policial que é o garante do cumprimento da lei e o principal produtor de segurança. É neste sentido que emerge atividade policial imbuída de relevância política enquanto linha da frente da garantia da segurança interna de um Estado de direito democrático contemporâneo e organizado e, também, como o seu último reduto (CARVALHO, 2016).

A segurança, segundo LARA (2009), enquanto direito fundamental dos cidadãos, pode ser encarada sob dois prismas: defesa militar (vetor externo) e segurança interna (vetor interno).

Não obstante, no seguimento de algumas posições públicas que se pronunciam a favor da “militarização da segurança” – e também de algumas pressões mediáticas neste sentido -, importa relevar que a defesa nacional está consagrada, exclusivamente, para a segurança do país contra ameaças ou agressões externas, constituindo estas o pressuposto para uma reação de defesa militar (DIAS, 2012).

Neste pressuposto, releva para o nosso trabalho que a segurança dos cidadãos, enquanto direito basilar consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), será encarada na sua vertente interna, cujas políticas desenvolvidas para o seu alcance pretendemos abordar, tendo em consideração as novas ameaças que se colocam aos Estados.

Surgem-nos, assim, novos conceitos de segurança, que, em pleno século XXI, obrigam a um olhar conjuntural em torno das políticas de segurança. Fenómenos como o terrorismo, criminalidade organizada e grandes tráficos, exigem atualmente um olhar mais atento por parte do poder político, com a necessidade de um domínio integral sobre as verdadeiras e crescentes questões de segurança interna, que eram, no passado, remetidas para a esfera da segurança externa (CORREIA, 2012).

A violência, considerando a sua multiplicidade de formas e condutas, coloca variadas limitações e dificuldades aos poderes locais e centrais para a sua antecipação, prevenção e redução de efeitos (DIAS, 2012).

As FSS, sendo instituições públicas cujas competências concorrem diretamente para a garantia da segurança interna, acabam por estar mais expostas ao julgamento público: por um lado, é-lhes exigida uma resposta cabal de visibilidade e proximidade com as comunidades e, por outro, vêem-se limitadas pelas reduções e racionalização de meios impostas por critérios de eficácia/eficiência e contenção de encargos (DIAS, 2012).

Em 2007, o Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, na apresentação da “Estratégia Portugal Seguro”, refere:

“A sociedade democrática, aberta e global em que vivemos é, por natureza e definição, uma sociedade de risco. As situações de

perigo adquirem novas dimensões. Um quadro de ameaças emergentes impõe uma estratégia de resposta igualmente inovadora. (...) A nossa estratégia honra o programa do Governo e (...) ações sistemáticas de controlo das fontes de perigo e aproveitamento das novas tecnologias.”⁶

Naquele ano estávamos a meio do mandato do XVII Governo Constitucional (2005-2009) e, no seu Programa⁷, o governo estabeleceu para as áreas da Segurança e Justiça, entre outras prioridades, a “generalização da utilização de sistemas de videovigilância”⁸, bem como, tendo em vista a prevenção da criminalidade, apostar no:

“(...) recurso a novos meios tecnológicos e, designadamente, a meios de videovigilância, com respeito pelos direitos fundamentais, à semelhança do que sucede nos restantes Estados da União Europeia, é também um instrumento fundamental para a prevenção de crimes – e, em particular, de crimes cometidos na via pública.”⁹

Nota-se, assim, um conjunto de políticas que, tendo como objetivo principal a garantia da segurança dos cidadãos e a redução e prevenção da criminalidade, procurava, desde sempre, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias do indivíduo.

Para FROIS (2011), a intervenção do Ministro da Administração Interna naquela apresentação poderia resumir-se na dicotomia segurança e liberdades individuais, sobre a qual o Governo exerceria a sua legitimidade para impor e acionar mecanismos que garantissem a segurança e ordem públicas do Estado,

⁶ PEREIRA, Rui (2007), Discurso de apresentação da “Estratégia Portugal Seguro”; in FROIS, Catarina; *Vigilância e Poder*, Lisboa, Mundos Sociais, 2011.

⁷ Programa do XVII Governo Constitucional, 2005. Disponível em <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/ProgramaGovernoXVII.pdf>; [Consultado em 02 de Outubro de 2017].

⁸ *Idem*, p. 106.

⁹ *Ibidem*, p. 148.

admitindo que, para o conseguir, seria necessário negociar e reconfigurar os parâmetros das liberdades individuais.

Quando falamos de vigilância de pessoas, com recurso a meios eletrónicos, encontramos sempre uma questão jurídica subjacente: a eventual violação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, designadamente, o direito à reserva da intimidade da vida privada, o direito à imagem e ao anonimato.

O Direito tem dificuldades em conseguir acompanhar uma realidade em constante transformação, com inovações tecnológicas, perigos e ameaças cada vez mais evoluídas, pelo que haverá sempre uma tensão na salvaguarda dos direitos de personalidade e no desenvolvimento e implementação de medidas que garantam a segurança de pessoas e bens.

Se, por um lado, não é aceitável que o Estado, sob o manto da segurança da sua população, atue de forma panóptica, em detrimento dos Direitos, Liberdades e Garantias da pessoa humana, por outro lado, também não é razoável que uma interpretação restritiva dos princípios constitucionais impeça as autoridades e forças de segurança de *“garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”*¹⁰.

Poucas dúvidas parecem existir de que a instalação de um sistema de videovigilância para proteção de pessoas e bens se destine a tutelar o direito à segurança, protegido constitucionalmente no artigo 27.º da CRP, quer estejamos perante a sua vertente preventiva (dissuasão de comportamentos criminoso), quer encaremos a sua vertente repressiva (enquanto mecanismos de obtenção dos meios de prova necessários a uma condenação).

Também é certo, como afirmou o Tribunal Constitucional¹¹, que *“a permissão da utilização dos referidos equipamentos [de videovigilância] constitui uma*

¹⁰ Cfr. n.º 1 do artigo 1.º da Lei de Segurança Interna (LSI), aprovada pela Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, na sua atual redação.

¹¹ Acórdão n.º 255/2002, publicado no Diário da República n.º 155/2002, Série I-A de 8 de agosto.

limitação ou uma restrição do direito à reserva da intimidade da vida privada, consignado no artigo 26.º, n.º 1, da lei fundamental (...). Ao autorizar a videovigilância e ao estabelecer algumas regras a que aquela deve obedecer, o legislador está indiscutivelmente a tratar de uma matéria atinente a direitos, liberdades e garantias (...).”.

Mas deverá prevalecer um direito sobre o outro? Dever-se-á dar primazia ao direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar em preterição do direito à segurança?

Antes de mais, há que ter em consideração que ambos os direitos se relacionam, porque *“a segurança é um elemento essencial da vida dos cidadãos, consubstanciando-se num direito à existência de um clima de paz e confiança mútua, que lhes permite o livre exercício dos seus direitos individuais, sociais e políticos (...). O direito à segurança é uma garantia de outros direitos fundamentais e, simultaneamente, um direito inscrito no património de cada cidadão”*^{12 13}. O cidadão apenas se pode desenvolver, enquanto ser único e singular que é, se tiver condições para o fazer num ambiente seguro, livre de ameaças e agressões, na medida em que o sentimento de segurança repercute-se na sua vida quotidiana.

No que se refere ao direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, a densificação deste direito é vasta e díspar na doutrina e na jurisprudência, pelo que, no presente trabalho, se adotará uma interpretação lata, compreendendo, entre outros, o direito à privacidade, à imagem e ao anonimato.

O direito à reserva da intimidade e vida privada é um direito constitucionalmente consagrado no artigo 26.º da CRP, que reconhece no n.º 1, a todos os cidadãos *“os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação”*, ou seja, este direito delimita uma

¹² *Idem.*

¹³ Neste sentido, o direito à segurança tem duas vertentes, enquanto incumbência do Estado e enquanto direito do cidadão - na perspetiva de lhe dever ser garantida a segurança necessária ao seu desenvolvimento como Pessoa, mas também à possibilidade de se socorrer a ações como forma de garantir a sua própria segurança.

esfera privada e/ou secreta da vida do cidadão, que não pode ser alvo de ingerência de terceiros.

A implementação de um sistema de videovigilância urbano, que capta imagens de transeuntes anónimos, claramente colide com o direito à reserva da intimidade da vida privada.

Acontece que não há direitos absolutos e, neste caso concreto, estamos perante direitos igualmente relevantes e constitucionalmente protegidos, mas que podem ser restringidos, por forma a adequarem-se às necessidades subjacentes ao cumprimento do direito, desde que para o efeito cumpram o disposto no artigo 18.º da CRP, que prescreve, no seu n.º 2, que *“A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses legalmente protegidos”*¹⁴. Nestes termos, a restrição dos direitos fundamentais é permitida e deve ser ponderada à luz do princípio da proporcionalidade, sempre com a salvaguarda do núcleo essencial do direito a restringir (n.º 3 do art.º 18.º, *in fine*).

O princípio da proporcionalidade, enquanto princípio geral do Direito, aplica-se a toda a atividade administrativa e a todos os atos de poder público, incluindo atos de polícia e concretiza-se pelos subprincípios (tradicionais) da adequação/idoneidade, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito^{15 16}.

¹⁴ Para desenvolvimento sobre a restrição de direitos, liberdades e garantias, *cfr.* MIRANDA, JORGE - Manual de Direito Constitucional, Tomo IV, Coimbra Editora, 3ª Edição, pp. 338 e seg.

¹⁵ *Cfr.* CANAS, VITALINO; *Proporcionalidade (Princípio da)*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. IV, Lisboa, 1994, pp. 627; e VICENTE, Laura Nunes; *O princípio da proporcionalidade - Uma Nova Abordagem em Tempos de Pluralismo*, pp. 27 a 32.

¹⁶ De salientar a importância da Deliberação da CNPD n.º 61/2004, de 19 de abril que sintetiza os critérios de atuação em sede de videovigilância, do ponto de vista do cumprimento do princípio da proporcionalidade, a saber, *“o tratamento a realizar e os meios a utilizados devem ser considerados os necessários, adequados e proporcionados com as finalidades estabelecidas: a proteção de pessoas e bens. Ou seja, para se poder verificar se uma medida restritiva de um direito fundamental supera o juízo de proporcionalidade importa verificar se foram cumpridas três condições: se a medida adotada é idónea para conseguir o fim proposto (princípio da idoneidade), se é necessária, no sentido de que não exista outra medida capaz de assegurar o objetivo com igual grau de eficácia (princípio da necessidade); se a medida adotada foi ponderada e é equilibrada ao ponto de, através dela, serem atingidos substanciais e superiores benefícios ou v valores em conflito (juízo de proporcionalidade em sentido restrito).*

No que se refere à videovigilância, e centrando-nos apenas no caso português¹⁷, a garantia dos direitos pessoais do cidadão, que é coartado no seus *ius libertatis*, encontra-se consagrada na própria Lei n.º 1/2005¹⁸, de 10 de janeiro, que efetiva a concordância dos direitos em conflito.

A concretização do princípio da proporcionalidade, garantida através da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, está plasmada nos n.ºs 1 a 3 do art.º 7.^º¹⁹ e pode, igualmente, ser constatada pela taxatividade dos fins do sistema (art.º 2.º) – cumprimento do princípio da legalidade, pela obrigatoriedade de indicação dos fundamentos justificativos da necessidade e conveniência da instalação do sistema de vigilância por câmaras de vídeo e indicação do período de conservação dos dados, com respeito pelos princípios da adequação e da proporcionalidade, face ao fim a que os mesmos se destinam (alíneas d) e h) do art.º 5.º) e no facto de a autorização governamental de funcionamento do sistema ter um período máximo de vigência, que obriga a uma reapreciação dos factos justificativos da renovação da autorização, n.ºs 2 e 5 do mencionado art.º 5.º.

A par, a minimização da restrição dos direitos do cidadão, salvaguardando o seu núcleo essencial, tem reflexos em várias previsões do respetivo diploma, no que se refere à proteção dos dados pessoais recolhidos, assegurando que apenas as forças de segurança têm acesso aos mesmos²⁰ e que o titular dos dados

Na linha do que referimos, será admissível aceitar que, quando haja razões justificativas da utilização desses meios – a gravação de imagens se apresente, em primeiro lugar, como medida preventiva ou dissuasora tendente à proteção de pessoas e bens e, ao mesmo tempo, como meio idóneo para captar a prática de factos passíveis de serem considerados como ilícitos penais e a servir como meio de prova.”

¹⁷ É importante ter em consideração que os sistemas de videovigilância podem não se limitar à captação de imagens e sons, na medida em que podem ser conjugados com *software* que permite a criação e cruzamento de informações constantes em bases de dados, com registos de faces e vozes, o que não é permitido no âmbito da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro.

¹⁸ Diário da República n.º 6, I Série, de 10 de janeiro de 2005.

¹⁹ Que se transcreve:

1 - A utilização de câmaras de vídeo rege-se pelo princípio da proporcionalidade.

2 - É autorizada a utilização de câmaras de vídeo quando tal meio se mostre concretamente o mais adequado para a manutenção da segurança e ordem públicas e para a prevenção da prática de crimes, tendo em conta as circunstâncias concretas do local a vigiar.

3 - Na ponderação, caso a caso, da finalidade concreta a que o sistema se destina são igualmente tidos em conta a possibilidade e o grau de afetação de direitos pessoais através da utilização de câmaras de vídeo.

²⁰ Com os registos necessários para a identificação de quem acede a imagens captadas, nos termos da Portaria n.º 372/2012, de 16 de novembro e eventual responsabilização criminal, contraordenacional (através da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro) e disciplinar (art.º 11.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro).

personais tem direitos de acesso e eliminação de gravações, obviamente, com as limitações decorrentes de uma eventual investigação criminal (art.º 10.º). De mencionar, igualmente, a obrigatoriedade de instalação de sinalética, em cada eixo “vigilado”, indicando que o local se encontra sob vigilância e quais as formas de acesso aos dados pessoais individuais do cidadão, nos termos conjugados do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, e da Portaria n.º 373/2012, de 16 de novembro.

Neste sentido, encontra-se garantida a lealdade de tratamento, que é um dos princípios basilares do tratamento de dados pessoais, que prevê que “as *personas singulares deverão ser alertadas para os riscos, regras, garantias e direitos associados ao tratamento dos seus dados pessoais e para os meios de que dispõem para exercer os seus direitos relativamente ao tratamento desses dados.*”^{21 22}.

De salientar, e no que se refere essencialmente ao direito à reserva da vida privada, que é expressamente proibida a instalação de câmaras em áreas que, pela sua natureza, se destinem a ser utilizadas em resguardo (n.º 4 do art.º 7.º), sendo igualmente vedada a captação de imagens e sons do interior de casa ou de edifício habitado (n.º 6) e de locais públicos, desde que afetem de forma direta e imediata, a intimidade das pessoas ou resulte na gravação de conversas de natureza privada (n.º 7), sendo, por isso, obrigatória a criação de máscaras de privacidade e a destruição imediata de captações acidentalmente obtidas (n.º 8).

Em referência à captação de som, em regra a mesma é proibida, exceto quando ocorra um perigo concreto para pessoas e bens²³, sendo que no sistema objeto de análise, na Amadora, a mesma se encontra proibida.

²¹ Vide Parecer n.º 10/2017 da Procuradoria-Geral da República (PGR), publicado na IIª Série do DR n.º 145, de 28 de julho de 2017, p. 15755.

²² A respeito do tratamento de dados pessoais, é de salientar quais os “*princípios básicos da proteção de dados, a saber: o consentimento (i. e., os dados pessoais devem ser processados apenas se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento prévio e explícito); a finalidade (i. e., os dados pessoais só devem ser coligidos para fins específicos, explícitos e legítimos e não devem ser processados de modo incompatível com esses fins); a minimização (i. e., o processamento dos dados deve restringir-se ao mínimo necessário)*”; in GONÇALVES, MARIA EDUARDA, O Regulamento Europeu sobre Proteção de Dados e o Desafio do Big Data, *Revista da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017.

²³ A este propósito *cfr.* Parecer n.º 10/2017 da PGR, publicado na IIª Série do DR n.º 145, de 28 de julho de 2017, p. 15759, que conclui que “*relativamente a conversas realizadas no espaço público*

Por fim, é ainda de referir o papel da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), que é o garante constitucional do direito fundamental à privacidade dos cidadãos face ao tratamento dos seus dados pessoais, conforme decorre do disposto no n.º 2 da CRP, sendo *“a autoridade nacional que tem como atribuição controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei”*, nos termos do n.º 1 do art.º 22.º, da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, que aprovou a Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Não obstante o seu esvaziamento de competências com a última alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que retira o carácter vinculativo do seu parecer, limitando o seu alcance e restringindo-o apenas à verificação dos aspetos constantes no n.º 2 do art.º 3.²⁴, esta entidade administrativa continua com responsabilidades ao nível da fiscalização da recolha dos dados pessoais.

de utilização comum, a circunstância de se destinarem a um universo restrito de ouvintes unidos por uma expectativa de reserva e sigilo não determina uma proteção irrestrita contra a suscetibilidade de captação de sons, sendo certo que, em regra, as conversas com relevo para prevenção de infrações penais e que envolvem perigo concreto para a segurança de pessoas e bens compreendem pactos de silêncio e pretensões de que o seu conhecimento seja reservado aos diretamente envolvidos na interação comunicativa”.

²⁴ A CNPD, no Parecer 70/2011, referente ao Projeto de Proposta de Lei n.º 9/2012, invoca a própria inconstitucionalidade material da norma em causa, na medida em que há uma diminuição de uma *“garantia constitucional face ao tratamento abusivo de dados pessoais”*, *“restringe o alcance e âmbito do seu parecer (da CNPD), atribuindo-lhe competências que não se refletem na sua vocação constitucional”*, *“posterga o juízo de proporcionalidade no tratamento de dados em causa para o momento da concessão da autorização, pelo membro do Governo competente, afastando o juízo de proporcionalidade, adequação e necessidade – típico da apreciação da legalidade de determinado tratamento de dados – da CNPD, entidade com vocação constitucional para tal aferição”*, concluindo que *“as alterações preconizadas no projeto (de Lei) se traduzem numa diminuição das garantias que o legislador constitucional pretendeu imprimir à tutela do direito fundamental à privacidade dos cidadãos face ao tratamento dos seus dados pessoais”*.

I.2. ANÁLISE COMPARATIVA DO SISTEMA PORTUGUÊS, INGLÊS E ITALIANO

A aspiração de proteger a dignidade humana de todas as pessoas está no centro do conceito de direitos humanos. Este conceito coloca a pessoa humana no centro da sua preocupação e baseia-se num sistema de valores universal e comum, dedicado a proteger a vida e fornece o molde para a construção de um sistema de direitos humanos protegido por normas e padrões internacionalmente aceites. Durante o século XX, os direitos humanos evoluíram como um enquadramento moral, político e jurídico e como linha de orientação para desenvolver um mundo sem medo e sem privações (MELLO, 2002).

Os direitos e princípios explanados no subcapítulo anterior não deixam margens para dúvidas que o legislador português procurou, inequivocamente, proteger a dignidade e privacidade de todas as pessoas, dentro de um sistema equilibrado e pautado por regras bem delineadas na Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas FSS em locais públicos de utilização comum.

Mas será que existe o mesmo espírito legislativo noutros países europeus, cuja prevenção da criminalidade e a segurança de pessoas e bens são, de igual modo, uma prioridade dos governos, considerando o binómio liberdade individual e segurança?

Neste subcapítulo optámos, assim, por elaborar uma breve análise dos mecanismos, legislativos e operacionais, respeitantes a Portugal, comparando-os, tanto quanto possível, com os aplicáveis no Reino Unido e em Itália, tendo em vista identificar intersecções e desvios que possibilitem uma avaliação sobre a eficácia da utilização deste tipo de sistemas.

A escolha destes dois países para a análise comparativa assentou nos seguintes pressupostos: *i)* ambos são munidos de sistemas avançados de videovigilância, sendo o Reino Unido o país europeu com mais câmaras instaladas nas vias públicas²⁵; *ii)* ambos países utilizam os registos dos sistemas de

²⁵ Em 2009, a consultora MS Recherche estimou existirem 3,2 milhões de câmaras de videovigilância no Reino Unido, sendo que um milhão estava em Londres; *in* “Sorria, está a ser

videovigilância para auxílio e recolha de meios de prova no âmbito de investigações de processos-crime coordenados pelas autoridades judiciais competentes²⁶.

I.2.1. A videovigilância em Portugal

O conceito de videovigilância nos espaços públicos surge, neste contexto, para fazer face a situações extraordinárias, com consequências justificativas no que respeita à violação da privacidade, à livre circulação e aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que qualificam as sociedades democráticas modernas (FROIS, 2011). A propósito de um contexto extraordinário, recorde-se que a fase final do Campeonato Europeu de Futebol – Euro 2004TM, levou a Assembleia da República a aprovar a Lei Orgânica n.º 2/2004, de 12 de maio²⁷, que regulou de modo transitório, a utilização de meios de vigilância eletrónica em lugares públicos, para fins de segurança pública (SARMENTO, 2005).

O artigo 1.º da Lei Orgânica veio definir que o regime temporário abrangia não só o funcionamento dos tribunais e a forma de processo penal sumário, como estendia tal regimento às medidas de coação de interdição de acesso a recintos desportivos, ao afastamento de estrangeiros de território nacional, à revista pessoal de prevenção e segurança, às condições de acesso aos recintos desportivos e aos meios de vigilância eletrónica.

filmado. Mas não significa que está mais seguro”; SAPO24, 13 de junho de 2017, disponível em <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/sorria-esta-a-ser-filmado-mas-nao-significa-que-esta-mais-seguro>. [Consultado em 13 de Setembro de 2017]. Contudo, em 2017, segundo dados da *Metropolitan Police*, existem já cerca de 7 milhões de câmaras instaladas na área metropolitana de Londres, incluindo as operadas por entidades privadas; in LANDEIRO, Mónica; *Informação n.º 8/2017MLR, Visita à Metropolitan Police de Londres*; Ministério da Administração Interna, 2017. Por outro lado, a Itália, segundo últimos dados, dispõe de 1,4 milhões de câmaras de videovigilância (domínio público e privado). Vide BUCCIARELLIUN, Andrea; *L'evoluzione dei Sistemi di Videosorveglianza*, 2008. Disponível em http://www.eccellere.com/public/files/files/paper_videosorveglianza.pdf. [Consultado em 13 de setembro de 2017].

²⁶ Em julho de 2005, foi através dos vários sistemas de videovigilância da cidade de Londres que foram identificados os autores do atentado de 7 de julho contra os transportes públicos; FROIS, CATARINA; *Vigilância e Poder*, Lisboa, Mundos Sociais, 2011. Em Itália, na zona balnear de Rimini, o sistema de CCTV permitiu identificar e auxiliar a Polícia Científica a deter dois jovens suspeitos de violação e espancamento de um casal polaco; in “Four arrested over gang rapes in Italian seaside town”; *The Local.it*. Disponível em <https://www.thelocal.it/20170904/four-arrested-over-gang-rape-in-rimini-italian-resort>. [Consultado em 13 de setembro de 2017].

²⁷ Publicada no Diário da República n.º 111, I Série, de 12 de maio, veio estabelecer o regime temporário da organização da ordem pública e da justiça no contexto extraordinário da fase final do Campeonato Europeu de Futebol Euro 2004.

Neste contexto, as forças de segurança (Policia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana) foram autorizadas, durante o período de 1 de junho a 11 de julho de 2004, a monitorizar ativamente (com gravação de som e imagem) os locais de acesso aos recintos desportivos, de forma a garantir a segurança do campeonato europeu de futebol, num regime de exceção com implicações devidamente identificadas ao nível dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Assistiu-se, na altura, à supressão de direitos individuais em nome de um bem maior, a proteção do coletivo [evento desportivo de grande dimensão e projeção internacional] (FROIS, 2011).

Em Portugal, a publicação da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, permitiu, pouco depois e por força do impulso facultado pela organização do Euro 2004™, a instalação de câmaras de vigilância na via pública, conferindo poder e legitimidade às forças policiais para a monitorização, registo e tratamento das imagens recolhidas em espaços abertos (FROIS, 2011).

Antes desta regulamentação, só era permitida a instalação de câmaras de CCTV, geridas por empresas de segurança privada, em espaços muito específicos, como estações de serviço de combustível, superfícies comerciais, hotéis ou bancos. Após 2005, a videovigilância passou a representar uma ferramenta complementar de reforço da atuação policial (aumentando a sua eficácia), prevendo-se, na altura, que viesse a ter grande impacto na dissuasão e prevenção da criminalidade (FROIS, 2011).

O artigo 2.º, n.º 1, da citada Lei, define que a utilização da videovigilância pelas FSS apenas poderá ser autorizada desde que vise um dos seguintes fins: a) proteção de edifícios e instalações públicos e respetivos acessos; b) proteção de instalações com interesse para a defesa nacional; c) proteção da segurança de pessoas e bens, públicos ou privados; e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência.

A videovigilância associada à prevenção da prática de crimes não pode sustentar-se sem a verificação de determinadas circunstâncias, designadamente um “razoável risco” da ocorrência de crimes e de “riscos objetivos” para a

segurança e para a ordem públicas²⁸. Nestes termos, o pedido de autorização deve ser instruído, entre outros elementos, com os “fundamentos justificativos” da necessidade e conveniência da instalação do sistema que deverão comprovar não só a ocorrência de determinado tipo de criminalidade ou o razoável risco da sua ocorrência, mas também, a existência de riscos objetivos para a segurança e, bem assim, que aquele é o meio mais adequado à prossecução do objetivo proposto, em face das circunstâncias concretas do local a vigiar (MOREIRA, 2013).

Passados dois anos da vigência da “Lei da Videovigilância” (Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro), assistiu-se à divulgação do *Programa Nacional de Videovigilância* do Ministério da Administração Interna (MAI), que pretendia reforçar as forças de segurança com algumas medidas de carácter tecnológico, além de abranger a instalação de câmaras de videovigilância em espaços públicos e semipúblicos. Neste contexto, o aludido Programa compreendia também o recurso a meios de vigilância eletrónica em espaços abertos ao público, vigilância nas vias rodoviárias, leitura automática de matrículas e deteção de viaturas furtadas, entre outras medidas que, assumidamente, pretendiam alcançar um maior sucesso na segurança de pessoas e bens.

Não obstante tal plano de intenções, a verdade é que o projeto acabou por encontrar uma série de dificuldades e constrangimentos que procuraremos explanar no capítulo seguinte.

Atualmente, Portugal conta com cerca de 80 mil câmaras²⁹, entre operadores públicos e privados. Mas o recurso a imagens de sistemas privados não está autorizado às forças policiais para o cumprimento da sua missão de prevenção e investigação criminal. O acesso legal a determinadas imagens apenas pode ser realizado em contexto de um processo-crime e com autorização expressa da autoridade judiciária competente.

O trabalho de prevenção e antecipação de situações que possam por em causa, de forma grave, a segurança pública fica, assim, condicionado e o sistema

²⁸ Cfr. Artigo 7.º, n.º 5, da Lei n.º 5/2005, de 10 de janeiro.

²⁹ In SAPO 24, 17 de junho de 2017. Disponível em: <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/sorria-esta-a-ser-filmado-mas-nao-significa-que-esta-mais-seguro>. [Consultado em 13 de setembro de 2017].

público de videovigilância parece ser limitado para a prevenção das ameaças que se colocam aos estados ocidentais modernos.

Destaca-se, ainda, que no nosso país existem localmente Centros de Comando e Controlo (CCC) – v.g. PSP da Amadora – que realizam a monitorização e gestão do sistema de videovigilância mas é inexistente a capacidade de emitir os dados para um CCC central [Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS)].

I.2.2. A videovigilância no Reino Unido

No Reino Unido as circunstâncias que ditaram o incremento da videovigilância na via pública são mais remotas e bastante diferentes.

Em 1993, após o rapto de uma criança de dois anos num centro comercial de Merseyside, no Noroeste da Inglaterra, por duas outras crianças de 10 anos, as quais, nas horas seguintes, a mutilaram e mataram, toda a comunidade política, económica e social inglesa veio a apoiar o investimento em sistemas de CCTV alargados a espaços públicos e semipúblicos. De facto, o sistema de videovigilância do centro comercial de onde o menino foi raptado não só permitiu captar imagens do momento do rapto, como possibilitou às autoridades reconstituir toda ação criminosa, tendo as imagens do circuito interno de TV sido utilizadas como meio de prova sem precedentes naquele país (FROIS, 2011).

Poucos anos depois deste crime hediondo, assistiu-se a uma ampla expansão de sistemas de videovigilância em todo o Reino Unido, existindo vários estudos que apontam para o facto de uma pessoa ser filmada, em média, mais de 300 vezes por dia na capital de Inglaterra (FROIS, 2011).

Os sistemas de videovigilância no Reino Unido passaram a ser muito comuns e são hoje uma ferramenta fundamental no cumprimento das missões das autoridades policiais. Em Inglaterra a autoridade policial competente para a gestão e monitorização dos sistemas de CCTV na via pública e espaços abertos ao público é a *Metropolitan Police*.

A sua atuação neste âmbito obedece a um regime legal assente na proteção dos dados pessoais e da preservação da privacidade mas, paralelamente,

permite-lhe uma latitude quanto à avaliação e instalação de meios de videovigilância na via pública, sem depender de autorização de qualquer outra entidade.

O enquadramento legal do regime de videovigilância e preservação das liberdades individuais no Reino Unido assenta em três documentos-chave: o *Data Protection Act 1998*, o *Regulation of Investigatory Powers Act 2000* e o *Protection of Freedoms Act 2012 (Part II)*.

Neste regime legal ressalva o seguinte:

- i) A instalação de sistemas de videovigilância por autoridades públicas não carece de autorização de entidade externa;
- ii) Existe a possibilidade de instalação ou utilização de sistemas instalados para captação de imagens em locais privados, quando se esteja perante situações de extrema gravidade;
- iii) A autoridade policial da capital, a *London Metropolitan Police*, não carece de qualquer autorização de entidade externa para o visionamento ou gravação de imagens captadas por sistemas de CTTV privados;
- iv) A Comissão de Proteção de Dados³⁰ não detém competências de licenciamento mas apenas de auditoria das condições de utilização do sistema.

A *Metropolitan Police* mantém atualmente ligação a cerca de 16.000 câmaras com diversos pontos de origem³¹:

- i) Sistema de videovigilância próprio da *Metropolitan Police*, que abrange, em Londres, cerca de 200 câmaras instaladas em locais considerados mais relevantes ou críticos;
- ii) Sistema de videovigilância governamental, que cobre os edifícios governamentais e os órgãos de soberania;

³⁰ *Data Protection Commissioner*, vide <https://ico.org.uk/>.

³¹ In LANDEIRO, MÓNICA; *Informação n.º 8/2017MLR*, Visita à *Metropolitan Police* de Londres; Ministério da Administração Interna, 2017.

- iii) Sistemas de videovigilância das autoridades locais, geridos pelas autoridades locais das várias divisões administrativas (*Borough*);
- iv) Sistema de videovigilância da rede viária para fins de controlo e segurança rodoviários;
- v) Sistemas de videovigilância das entidades responsáveis pelas redes de transportes públicos, que abrangem cerca de 1000 câmaras, entre metropolitano e rede de autocarros;
- vi) Sistema de videovigilância de entidades privadas, designadamente do Aeroporto de Heathrow e do Estádio de Wembley.

A videovigilância dos espaços públicos é, assim, da responsabilidade das autoridades governamentais e locais, existindo alguns espaços privados que, pelas suas características e natureza, mantêm os seus sistemas CCTV ligados permanentemente à Polícia.

Genericamente, todos os sistemas de videovigilância são coordenados pela *Metropolitan Police* nos seus CCC, cujo visionamento lhe permite uma melhor gestão de meios, uma avaliação do risco imediata e uma antecipação das necessidades de intervenção em incidentes considerados importante ou críticos³².

O visionamento dos sistemas CCTV assenta num modelo de “multicamadas”, *i.e.*, em que cada autoridade responsável pelo sistema possui um Centro de Visionamento/Controlo no qual são seleccionadas as imagens projetadas para a *Metropolitan Police*, de acordo com a sua importância. A *Metropolitan Police* pode, ainda, em casos específicos como terrorismo ou criminalidade violenta e grave, visionar e utilizar para fins de prevenção e investigação criminal, imagens captadas por sistemas de videovigilância privados.

A *Metropolitan Police* iniciou em 2016, em complemento com os sistemas de videovigilância fixos a que tem acesso, a aquisição de câmaras individuais portáteis (*body-worn cameras*³³), tendo já distribuído ao seu efetivo cerca de 12 mil das 22 mil previstas.

³² In LANDEIRO, MÓNICA; *Informação n.º 8/2017MLR, Visita à Metropolitan Police de Londres*; Ministério da Administração Interna, 2017.

³³ Sobre esta matéria, *vide* <http://news.met.police.uk/news/rollout-of-body-worn-cameras-191380>.

A política de utilização deste equipamento dita a obrigatoriedade de gravação de eventos em que exista uma intervenção policial de relevo ou que pode degenerar na necessidade de uso da força. Não é conferida a possibilidade de a pessoa visada não autorizar a gravação da interação com o elemento policial, no entanto, caso este entenda que a situação não terá relevância para uma análise posterior pode, se o caso revestir uma excessiva intromissão na esfera privada, optar não proceder à sua gravação (ex. doença mental).

Sempre que exista oportunidade, o elemento policial tem o dever de alertar que vai iniciar a gravação da ocorrência, para o que basta carregar no centro do aparelho, que passa a apresentar um sinal luminoso de cor vermelha.

As câmaras, desde que se encontrem ligadas, estão a gravar (*pre-event recording*), para que, quando ativado o modo de gravação, são preservadas as imagens dos trinta segundos precedentes.

Por motivos decorrentes da segurança dos dados, o elemento policial pode ver as imagens por si captadas mas não consegue efetuar qualquer cópia. Este equipamento funciona não só como elemento de contenção do cidadão e do próprio elemento policial, mas também como instrumento de auditoria à atuação policial. Acresce que a prova recolhida pelas *body-worn cameras* também se revela uma mais-valia, diminuindo o período de tempo necessário à elaboração de expediente e garantindo uma maior taxa de condenações em tribunal³⁴.

I.2.3 A videovigilância em Itália

Com cerca de um milhão e meio de câmaras de videovigilância implantadas no seu território, a Itália viu a ativação dos sistemas de CCTV urbanos receber um notável impulso nos últimos anos.

No caso italiano, quer a Polícia Nacional, quer os *Carabinieri*³⁵, dispõem de acesso e gestão de imagens recolhidas pelos sistemas de videovigilância.

³⁴ In LANDEIRO, MÓNICA; *Informação n.º 8/2017MLR, Visita à Metropolitan Police de Londres*; Ministério da Administração Interna, 2017.

³⁵ N.A. Força homóloga da Guarda Nacional Republicana ou da *Gendarmerie Nationale* francesa

Os dois grandes regulamentos legais que definem os normativos desta temática são: i) o *Código de Proteção de Dados Pessoais*³⁶; e ii) o *Código dos Sistemas de Videovigilância*, que define as diretrizes de atuação nesta área.

O *Código dos Sistemas de Videovigilância* foi desenvolvido pelo Ministério do Interior, com a colaboração dos Comandos Nacionais das duas forças policiais italianas. Nos seus princípios gerais para a utilização dos sistemas de videovigilância urbana destacam-se:

- i) Situações que ponham em causa, *in facto*, a segurança pública, que devem ser avaliadas à luz de critérios de necessidade, pertinência e respeito pela privacidade da pessoa humana de acordo com a legislação em vigor;
- ii) Os operadores do sistema devem respeitar as determinações emanadas pelo *Garante per la protezione dei dati personali*³⁷;
- iii) As forças policiais são ativadas em caso de alerta emanado pelo órgão responsável pela monitorização de imagens (supervisores privados e municipais), sem prejuízo das mesmas [imagens] ficarem, posteriormente, disponíveis para efeitos de investigação criminal.

O *Código de Proteção de Dados Pessoais* assenta em três princípios fundamentais, a saber:

- i) Princípio da legalidade: a vigilância por vídeo deve ser realizada em conformidade com as disposições da diretiva relativa à proteção de dados pessoais, bem como outras disposições legais a serem observadas na instalação de equipamentos audiovisuais;
- ii) Princípio de necessidade: qualquer uso desnecessário deve ser excluído e os excessos e redundâncias devem ser evitados;
- iii) Princípio da proporcionalidade: os sistemas de videovigilância só podem ser ativados quando outras medidas são consideradas inadequadas ou inaceitáveis.

³⁶ *Il Codice in materia di Protezione dei Dati Personali*. D.Lgs. 30 giugno 2003 n.196. Disponível em <http://www.carabinieri.it/cittadino/servizi/come-fare-per/la-normativa-sulla-privacy>.

³⁷ Comissão de Proteção de Dados. Tradução da nossa responsabilidade.

As forças policiais italianas dispõem de equipamentos urbanos de vigilância que são conectáveis entre si e dispõem da possibilidade de serem emitidas para Centros de Comando e Gestão centrais, que assumem a responsabilidade de gestão operacional dos meios, quer para intervenção imediata, quer no âmbito das investigações *a posteriori*.

Os sistemas de videovigilância em Itália têm diversos fins e as autoridades instaladoras e gestoras dos equipamentos obedecem a determinados requisitos impostos pela Comissão de Proteção de Dados³⁸.

No contexto da segurança urbana, os municípios que instalam câmaras para este fim são obrigados a colocar sinais indicando a presença do sistema. No entanto, esta obrigatoriedade cessa, se os equipamentos forem montados exclusivamente para fins de segurança pública, prevenção, deteção ou repressão da prática de crimes. Esta exceção acaba por ser um garante de maior eficácia do verdadeiro objetivo de sistemas de videovigilância com propósitos de proteção e segurança das comunidades, prevalecendo o bem coletivo sobre o bem individual.

As forças policiais podem ter acesso a imagens de sistemas integrados que conectam câmaras de operadores públicos e privados por meio de um *link* telemático, dirigido para um CCC, sendo necessária, nestes casos, a autorização da Comissão de Proteção de Dados.

Uma das grandes vantagens em termos securitários por parte dos sistemas de videovigilância das forças policiais italianas é o facto de disporem dos denominados “sistemas inteligentes”. Estes dispõem de *software* que permitem, entre outras potencialidades, a associação de imagens a dados biométricos (v.g. reconhecimento facial), gravação de “comportamentos automáticos” ou eventos anómalos emitindo tipos de alerta para a sua denúncia (v.g. deteção de movimento). Nestes casos é sempre obrigatória a intervenção da Comissão de Proteção de Dados para a sua instalação.

³⁸ Para melhor esclarecimento, consulte-se <http://www.garanteprivacy.it>.

Da explanação dos sistemas de videovigilância dos três países – Portugal, Reino Unido e Itália – podemos ficar com uma visão distinta das capacidades, meios legais e constrangimentos em matéria de utilização e gestão de sistemas de videovigilância por parte das forças policiais.

Se é verdade que os três regimes legais garantem a dignidade da pessoa humana e a sua privacidade, tendo sempre em consideração que a proteção do bem público e coletivo se sobrepõe, em determinadas circunstâncias, ao interesse individual, também é verdade que as capacidades operacionais e os fins para a segurança pública diferem entre os três países analisados.

A comparação entre os três “sistemas” releva como principais as seguintes diferenças:

- i) A quantidade de câmaras em uso para fins de segurança e proteção das comunidades difere de país para país, apresentando Portugal, face aos dois outros países, um número manifestamente reduzido destes equipamentos;
- ii) Em Portugal e Itália a Comissão de Proteção de Dados tem de emitir parecer sobre os locais onde são instaladas as câmaras dos sistemas de videovigilância. No Reino Unido a instalação destes sistemas depende apenas da decisão da Polícia [*Metropolitan Police*];
- iii) Em Portugal, o parecer da Comissão Nacional de Dados deixou de ser vinculativo. Já em Itália, em determinados casos - instalação de câmaras dos “sistemas inteligentes”-, o parecer da Comissão é vinculativo;
- iv) O Reino Unido e a Itália apresentam CCC centralizados, com capacidade para receber imagens de Centros Locais, permitindo uma avaliação e gestão do sistema e dos meios operacionais disponíveis mais eficaz e redutora de erros. Em Portugal é inexistente esta capacidade;
- v) No Reino Unido e a Itália as Polícia têm a capacidade, quando necessário, de aceder – em tempo real ou em *backoffice* – a imagens emitidas ou produzidas por sistemas operados por privados. Em Portugal a legislação atual não permite esta potencialidade.

I.3. AS COMPETÊNCIAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PORTUGUESAS – DIFICULDADES E CONSTRANGIMENTOS

Neste subcapítulo exploraremos, principalmente, as respostas dos entrevistados por nós selecionados. A escolha dos entrevistados baseou-se no facto de serem figuras reconhecidas e de relevo na área de segurança.

Como referimos no subcapítulo 1.1., o enquadramento legal da utilização da videovigilância por parte das forças de segurança está definido na Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, tendo em consideração as competências que lhes são atribuídas pelas respetivas Leis Orgânicas³⁹.

Todos os entrevistados consideraram os sistemas de videovigilância públicos como uma ferramenta de prevenção e investigação criminais, que podem e devem ser usados ao serviço do Estado na definição de novas políticas de segurança pública.

A sua utilização em Portugal, como referimos anteriormente, está confinada à visualização e gestão de imagens dos sistemas públicos por parte das forças de segurança, não detendo estas uma capacidade global de supervisão e monitorização dos sistemas.

Para SILVA (2017), a implementação deste tipo de sistemas de prevenção criminal carece de um quadro legal que permita às forças de segurança territorialmente competentes serem as entidades competentes para a decisão de instalação nos locais considerados de risco. Para este dirigente policial, “a ação de fiscalização interna (às forças de segurança) e externa deveria incidir sobre o cumprimento dos dispositivos legais relativamente à guarda, acesso e extração das imagens gravadas e não à concessão de autorização para que os sistemas sejam instalados e que permitam a visualização em tempo real dos espaços públicos ou de acesso público”.

³⁹ Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (PSP) e Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (GNR).

As limitações atuais passam, de igual modo, pela existência apenas de um CCC central, localizado no COMETLIS, que não dispõe de capacidade para “monitorizar todos os sistemas instalados”.

Como referimos no subcapítulo anterior, a *Metropolitan Police* do Reino Unido dispõe não só de possibilidade de acesso em tempo real a imagens provenientes de sistemas privados, como detém capacidade para o efeito.

Conforme relata SILVA (2017), a polícia londrina dispõe no seu Centro de Comando Operacional “do sinal de mais 16000 câmaras. Estas câmaras são monitorizadas, em primeira linha, por 31 centrais de videovigilância dependentes do poder local que, sempre que existe necessidade, disponibilizam de imediato os respetivos sinais vídeo ao CCCO [Centro de Comando e Controlo Operacional] da polícia. O sistema está tão bem montado e é de tal forma eficiente que muitas vezes conseguem ver primeiro as imagens das ocorrências antes da chegada dos polícias enviados para a elas responderem. Apenas um sistema deste tipo permitiu à Polícia Metropolitana de Londres responder e anular em oito minutos um ataque terrorista recentemente ocorrido em Londres em 3 de junho deste ano, cometido por três homens e que causou a morte de sete pessoas e pelo menos 48 feridos. Pura e simplesmente tal eficácia policial não teria sido possível se a Polícia Metropolitana de Londres não dispusesse do referido sistema de videovigilância”.

Esta potencialidade parece ser de mais evidente como uma mais-valia para o trabalho policial de prevenção situacional, principalmente num quadro de ameaças tão alargado, conforme discorreremos no primeiro capítulo.

Para PEREIRA (2017) a questão da supervisão dos sistemas merece ainda uma resposta mais abrangente, defendendo que deverá caber às polícias esta atribuição, além da sua monitorização, salvaguardando a questão da fiscalização para as autoridades judiciárias.

Para FAZENDA (2017), neste ponto em concreto (da supervisão e monitorização dos sistemas pela polícias), reconhece que as forças de segurança nacionais têm a sua ação limitada nesta vertente, defendendo, não obstante, que Portugal deve seguir a tendência europeia nesta matéria, que, como aludido, parece conferir cada vez maior latitude às forças policiais nesta matéria.

Já MAURÍCIO (2017) defende uma outra visão, considerando que o modelo atual é equilibrado e segue a linha definida no Código de Processo Penal (CPP) para outras medidas cautelares e de polícia.

Por último, importa discorrer sobre a possibilidade de acesso a imagens de sistemas operados por privados, numa potencialidade que, como verificámos, quer a polícia inglesa, quer as forças de segurança italianas, detêm e que trazem indubitáveis benefícios para a ação preventiva policial.

Nesta linha de pensamento, TAVARES (2017) adianta que “a legislação atual já prevê a obrigatoriedade de existência de sistemas de vigilância em estabelecimentos considerados de maior risco, como estabelecimentos de compra e venda de metais preciosos e obras de arte, postos de abastecimento de combustíveis e farmácias, e cuja fiscalização já está cometida às forças de segurança. Para esta dirigente autárquica, as forças de segurança deveriam, assim, poder aceder às imagens de sistemas de entidades privadas, em caso de manifesta necessidade e em complemento dos seus próprios sistemas de vigilância urbana.

Para FAZENDA (2017) parece também não restarem dúvidas que as forças de segurança devem ter acessos às medidas e ações que contribuam inequivocamente para a prevenção de práticas criminais, sublinhando que tais acessos deverão estar sempre subjugados aos princípios da proporcionalidade e adequação.

Os avanços nesta matéria parecem estar a ganhar novo fôlego com as políticas que se pretendem por em prática, principalmente na atualização do quadro legislativo em vigor. Muito recentemente, o MAI avançou com a intenção de trabalhar na alteração da Lei da videovigilância, permitindo que as forças de segurança tenham um “acesso de forma mais ampla”⁴⁰.

⁴⁰ Declaração da Secretária de Estado da Administração Interna após o lançamento do sistema de CCTV urbano na cidade da Amadora. In “Governo prepara revisão da lei da videovigilância”, *O Público*, 16 de maio de 2017. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/05/16/sociedade/noticia/governo-prepara-revisao-da-lei-videovigilancia-1772336>. [Consultado em 14 de setembro de 2017].

CAPÍTULO II: SEGURANÇA PÚBLICA NA AMADORA – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

II. 1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CRIMINAL DO MUNICÍPIO DA AMADORA

Considerando o contexto do presente trabalho, pretendemos, nos próximos dois capítulos, apresentar uma quadro geral sobre a segurança pública no concelho da Amadora, bem como a evolução da criminalidade neste município, cujo desenvolvimento demográfico e social e características específicas levaram à adoção de novas estratégias de prevenção situacional e criminal, tendo como precioso auxiliar o recurso às novas tecnologias, em particular os sistemas de videovigilância.

Procurámos sistematizar alguns dados estatísticos sobre a variação dos principais índices criminais no município, tendo como fonte oficial a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) e o gabinete do Secretário-Geral do SSI⁴¹. Desta forma foi possível aferir as principais tendências no tecido criminal da área de responsabilidade da PSP e justificar novas estratégias e modelos de policiamento.

Segundo os dados definitivos dos Censos de 2011⁴², o município da Amadora tem 175.136 habitantes, revelando-se como uma das cidades portuguesas com maior densidade populacional (7.363,30 hab./km²). A Amadora transformou-se num “dormitório” da capital, com um contexto social extremamente complexo, onde a dificuldade de integração social por parte de alguns indivíduos,

⁴¹ O Sistema de Segurança Interna (SSI) está definido legalmente na LSI, aprovada pela Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho. Este sistema pressupõe três órgãos constituintes: o Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) e o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) (Cfr. Art.º 11.º). Estes três órgãos têm, grosso modo, competências de definição estratégica das políticas de segurança, consulta, articulação e cooperação no contexto da segurança interna. Além destes três órgãos estratégicos, o sistema compreende as forças e serviços de segurança, que exercem competências de segurança, nos termos definidos na LSI: a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), Serviço de Informações de Segurança (SIS), os órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN) e os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica (SAA) (Cfr. Art.º 25.º).

⁴² Sobre os dados demográficos no município da Amadora *vide* publicação “Censos - Resultados definitivos, Região Lisboa – 2011”, *Instituto Nacional de Estatística*, 2012, disponível em <http://censos.ine.pt>. [Consultado em 23 de junho de 2017].

aliada a divergências entre grupos, provocam turbulência e alterações da ordem pública, principalmente nas dez Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS)⁴³ existentes no concelho. Os dados estatísticos oficiais continuam com valores significativos, apesar de uma assistirmos a uma tendência de diminuição nos últimos anos.

Nestes termos, as evoluções demográfica, social e criminal da cidade da Amadora trouxeram uma dimensão preocupante do sentimento de (in)segurança percecionado pela população local. A PSP foi colocando novas estratégias e modelos de policiamento em prática, tentando devolver aos cidadãos maior tranquilidade e ordem públicas. A evolução das tecnologias e um poder local extremamente sensibilizado para as questões securitárias, trouxeram novas abordagens no contexto da prevenção da criminalidade, nas quais se destaca, pela sua importância e atualidade, a recente instalação de um sistema de CCTV na cidade, cujo centro de gestão e controlo se localiza na sede da Divisão da PSP da Amadora.

O município da Amadora foi criado em 11 de Setembro de 1979⁴⁴ e, sete dias mais tarde, nasceu a Cidade da Amadora. O concelho apresenta uma área de 23,79 Km², com uma população residente de 175.136 habitantes, segundo os *Censos de 2011* do INE. Se olharmos para a população nacional (10.562.178 hab.), o município representa cerca de 1,6% do total, podendo a cidade da Amadora ser considerada, em termos genéricos, como um dos centros urbanos nacionais com maior densidade populacional (7.363,30 hab./km²). O município amadoreense foi o primeiro a ser criado pós-25 de abril de 1974, deixando de pertencer ao Concelho de Oeiras, do qual era uma freguesia desde 1916⁴⁵.

A população residente no concelho apresentou uma evolução significativa a partir, principalmente, dos anos 50, passando dos cerca de 20 000 hab. para mais do dobro em 1960 (cerca de 49 000 hab.), sendo que, da década de sessenta até

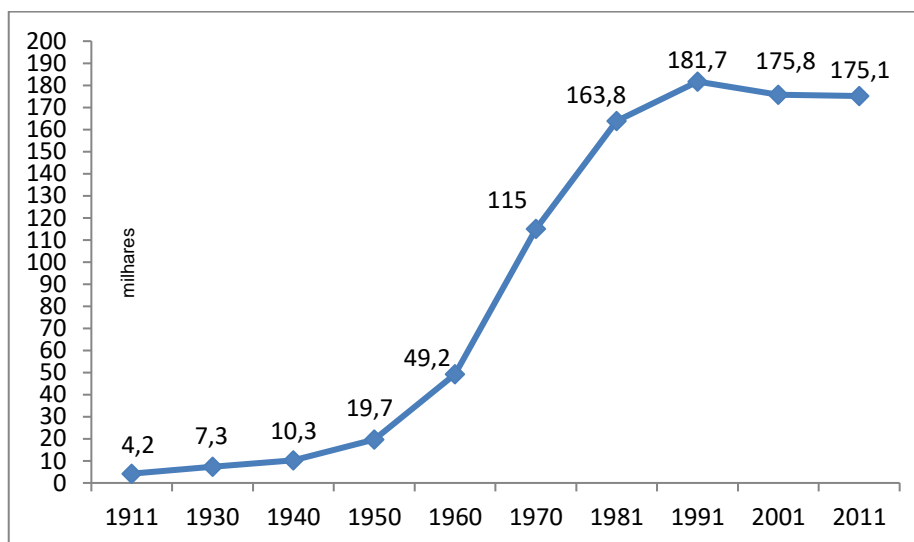
⁴³ As Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) “concentram fatores de risco potenciadores de dinâmicas criminosas – tráfico de droga, comércio ilícito de armas, roubo – associadas à criminalidade grupal e potenciadoras de comportamentos violentos que se refletem pontualmente em ações de resistência e de confronto contra a autoridade do Estado”, in “Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)”. *Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna* (SGSSI), 2016.

⁴⁴ Lei n.º 45/79, de 11 de Setembro, publicada no Diário da República n.º 210, I Série, de 11 de Setembro de 1979.

⁴⁵ *Cfr.* Sítio da Câmara Municipal da Amadora, disponível em <http://cm-amadora.pt>. [Consultado em 23 de junho de 2017].

à década de noventa, o número praticamente quadruplicou. O gráfico⁴⁶ seguinte apresenta a evolução da população residente nos últimos cem anos (1911 – 2011):

Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho da Amadora



Segundo os últimos indicadores disponíveis, a população estrangeira apresenta um peso relativo na ordem dos 8% do total do município (13 444), realçando-se que 10 254 (76% da população estrangeira) provêm de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), muitos deles com familiares diretos (filhos e netos) já nascidos em território nacional (TN).

Na altura da sua criação, o Município dividia-se em oito freguesias: Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Falagueira -Venda Nova, Mina, Reboleira e Venteira.

Posteriormente, em 1997, este número aumentou para onze freguesias, com a criação das novas freguesias de Alornelos e São Brás, tendo a grande freguesia da Falagueira-Venda Nova sido dividida em duas: Falagueira e Venda Nova.

Mais recentemente, a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro⁴⁷, procedeu à reorganização administrativa do território, criando uma nova limitação territorial com seis freguesias, assistindo-se, assim, a um recuo mais perto do modelo original:

⁴⁶ In Sítio da Câmara Municipal da Amadora, disponível em <http://cm-amadora.pt>. [Consultado em 23 de junho de 2017].

⁴⁷ Publicada no Diário da República n.º 19, I Série, de 28 de janeiro de 2013.

Águas Livres, Alfragide, Encosta do Sol, Falagueira-Venda Nova (que voltou à organização anterior, com alterações de índole territorial), da Mina de Água e da Venteira.

Se, anteriormente, a Amadora era considerada um “dormitório”, o concelho acabou, depois, por passar por um processo de emancipação em relação à capital, que culminou na criação de condições sociais mais autónomas. Os investimentos na habitação, na educação e na rede viária do município são polos de desenvolvimento e de investimento no futuro da cidade, cujos objetivos se prendem com a melhoria do bem-estar e das condições de vida da população que escolheu a região para viver e trabalhar, fixando e revitalizando o tecido social, através da melhoria do nível e qualidade de vida.

Por outro lado, o investimento nas condições securitárias permitiu, de igual modo, contribuir para o sucesso de tais medidas sociais e das melhores condições de habitabilidade, tendo sido óbvio que havia necessidade de inverter o sentimento de insegurança – tanto real como o percecionado -, fruto de uma crescente criminalidade violenta e de todo o tipo de incivilidades.

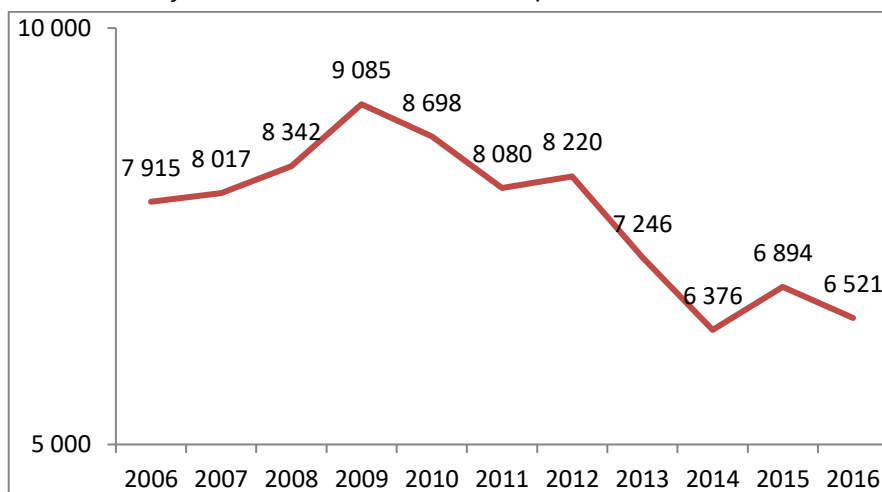
A cidade da Amadora é constituída por um tecido urbano com um contexto social bastante complexo, onde, para além da difícil integração social de algumas franjas, existem divergências entre grupos que provocam insegurança e intranquilidade, em especial nas suas dez ZUS: Bairro de Santa Filomena, Quinta da Lage, Casal da Boba, Casal da Mira, Casal do Silva, 6 de Maio, Estrada Militar da Damaia de Cima, Zambujal, Estrela d'África e Cova da Moura. Estas ZUS diferenciam-se pelas características arquitetónicas deficientes, elevada densidade populacional, composição étnico-social diversificada, inúmeros residentes com antecedentes criminais, fenómenos de criminalidade grupal e delinquência juvenil, bem como um historial de agressões a elementos policiais e de prática de criminalidade violenta e grave.

A evolução da criminalidade ao longo dos últimos dez anos tem sofrido variações diferenciadas mas cujos valores não deixam margens para dúvidas que se trata de um concelho com uma taxa de incidência das mais significativas do distrito de Lisboa. Este distrito registou, em 2016, um total de 85 375 participações

criminais⁴⁸, tendo o concelho da Amadora observado, no mesmo ano, um total de 6 521 crimes⁴⁹, i.e., 7,6% do total de participações no distrito.

O município observou uma variação criminal cuja representação gráfica pode ser analisada na figura seguinte:

Gráfico 2 – Variação da criminalidade no município da amadora de 2006 a 2016



Podemos, assim, constatar que a criminalidade, apesar de valores sempre acima das 6 000 participações, regista uma tendência decrescente ao longo dos últimos dez anos, principalmente a partir de 2009.

Paralelamente, se observarmos alguns tipos de crimes – particularmente os que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos -, designadamente os roubos e furtos (criminalidade contra o património), constatamos que a tendência apresenta as mesmas características mas com valores bastante significativos. Os gráficos seguintes demonstram a variação deste tipo de criminalidade nos últimos dez anos⁵⁰:

Gráfico 3 – Variação do crime de roubo no concelho da amadora de 2006 a 2016

⁴⁸ In RASI, p. 11, 2016. *Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI)*.

⁴⁹ *Cfr.* DGPJ. SIEJ - *Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça*, 2016. Disponível em http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636343324316875000.

Vide DGPJ. SIEJ - *Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça*, 2016. Disponível em http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636343324316875000.

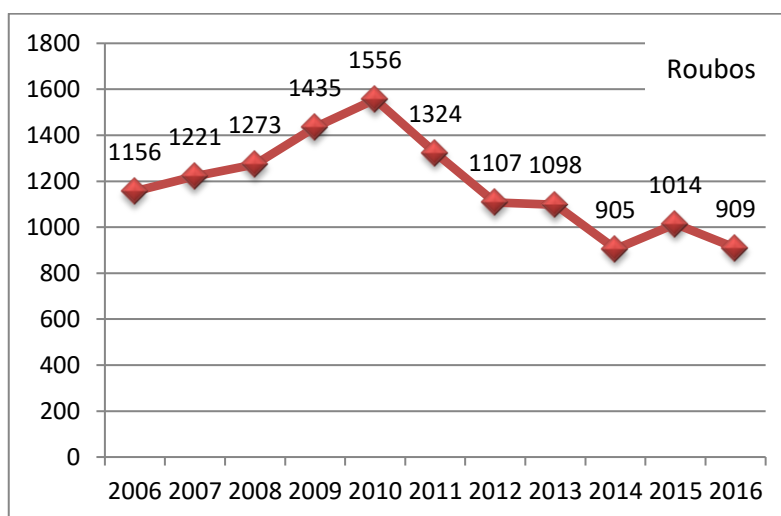
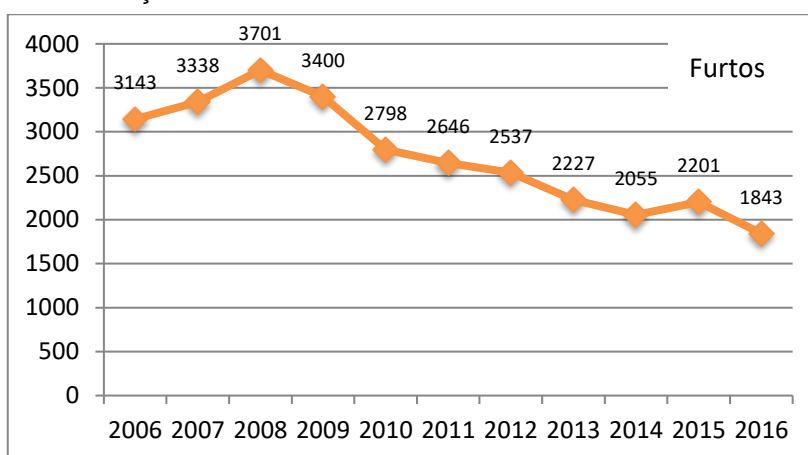


Gráfico 4 – Variação do crime de furto no concelho da amadora de 2006 a 2016



Os indicadores objeto de análise apresentam, assim, uma diminuição (a partir de 2010 para os roubos e a partir de 2008 para os furtos), fruto de um incremento da proatividade policial no concelho e de uma maior eficácia na investigação deste tipo de criminalidade.

Não obstante, se olharmos os registos de 2016⁵¹, os crimes mais praticados no município foram, particularmente, os que se prendem com o património dos indivíduos e, consequentemente, os que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos. A tabela seguinte demonstra a sua incidência no total do concelho:

⁵¹ Vide DGPJ. SIEJ - *Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça*, 2016. Disponível em http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636343324316875000.

Tabela 2. Índice de crimes mais praticados no concelho da Amadora em 2016

Tipo de crime	Tipo de crime	Peso relativo em 2016
Roubo na via pública exceto por esticção	483	7,4
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	460	7,1
Ofensa à integridade física voluntária simples	423	6,5
Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2g l	403	6,2
Furto em edifícios comercial/industrial	337	5,2
Furto em veículo motorizado	327	5,0
Furto oportunidade de objeto não guardado	308	4,7
Furto de veículo motorizado	301	4,6
Roubo por esticção	295	4,5
Outro dano	281	4,3

Tal incidência, como veremos adiante, manteve e incrementou um sentimento de insegurança na população, levando à necessidade de se reforçar a confiança e as condições securitárias no município e adotar-se um recurso efetivo às novas tecnologias, tendo como principal objetivo uma melhor e mais eficaz prevenção da criminalidade.

II.2. AS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NO CONCELHO DA AMADORA

A atividade da PSP da Amadora baseia-se na realidade existente, através da análise concertada do meio envolvente e dos *hot spots* da criminalidade, assentando especialmente na prevenção, designadamente através do policiamento de proximidade nas ZUS, na visibilidade policial e na intervenção equilibrada, numa investigação criminal cada vez mais especializada e por norma em complementaridade de meios, tudo numa perspetiva de polícia integral.

Segundo OLIVEIRA (2001), a Administração Interna procurou integrar um variado conjunto de políticas de natureza sectorial, que do antecedente foram desenvolvidas de forma desarticulada, mas que, a partir de 1999, ficaram devidamente agregadas num projeto único, denominado “Programa Integrado de Policiamento de Proximidade” (PIPP).

Foi propósito do PIPP dar uma nova visibilidade às forças de segurança, numa perspetiva mais global e concertada, conciliando as dimensões cívica, profissional e pública.

Para o mesmo autor (2001), o MAI procurou conjugar os diferentes programas e ações, dos quais se destacaram:

- i) O programa “Escola Segura”, criado em 1996;
- ii) O programa “Apoio 65 - Idosos em Segurança”, especialmente orientado para a terceira idade, criado em 1998;
- iii) O programa “INOVAR”, vocacionado para a formação dos elementos das forças de segurança no contexto do atendimento ao público, em especial as vítimas de crimes, implementado em 1999;
- iv) Criação das Polícias Municipais, por forma a assegurar mais e melhor segurança territorial, tendo em 1999, sido atribuídas competências de segurança pública, em especial junto aos estabelecimentos de ensino e transportes públicos coletivos.

A conjugação estrutural dos programas especiais de policiamento assentes numa maior proximidade com o cidadão reflete, assim, uma maior intervenção do papel político no setor da segurança, de forma a responder aos problemas colocados pela sociedade civil.

Estamos, neste sentido, perante as políticas públicas de segurança, que OLIVEIRA (2001) refere como um “instrumento” que desponta de uma maior consciência política dos problemas e disfuncionalidades de um ou mais setores do Estado.

É neste contexto que surgem as novas políticas de prevenção da criminalidade e de segurança de proximidade baseadas no incremento do papel dos Conselhos Locais de Segurança e na realização de uma nova geração de Contratos Locais de Segurança (CLS).

Este tipo de contratos ganham um estímulo definitivo em 2008, quando a Associação de Municípios e o Governo assinam um acordo no qual acolhem um modelo de referência para a instituição dos CLS (ARAÚJO, 2010).

Para OLIVEIRA (2006), este tipo de contratos entre o Poder Central e o Poder Local “... permitem e facilitam a participação das associações locais de cidadãos, de outros atores institucionais e da polícia, na discussão dos assuntos relativos à segurança”. E com estes novos instrumentos de abordagem da segurança surge o impulso definitivo para a instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco.

O Programa do Governo XXI Governo Constitucional reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas definem, como um dos objetivos a alcançar, a implementação de um *Plano Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade*, bem como a prossecução do desenvolvimento dos programas em curso.

Assim, no domínio da prevenção, aposta-se numa nova geração de CLS, no incremento do papel dos Conselhos Locais de Segurança, na melhoria dos atuais programas nos domínios das políticas de prevenção e de segurança de proximidade, entre outros, permitindo-nos destacar, atenta a natureza do nosso trabalho, a especial menção para uma dinamização da instalação de sistemas de

CCTV em zonas de risco. Tais políticas têm por base uma maior e melhor formação das forças de segurança nestes domínios, privilegiando áreas da prevenção e segurança de proximidade.

No entanto, apesar do reforço e diversificação de novas políticas de segurança e das atividades e modelos de policiamento, continua a verificar-se índices significativos de criminalidade, em especial dos crimes contra o património, confirmando-se, ainda, uma forte inércia às necessárias abordagens policiais preventivas/reativas/coercivas.

Os indicadores registados não contemplam, naturalmente, as *cifras negras*, pois estamos perante criminalidade denunciada, que acaba por não representar efetivamente o sentimento de segurança percecionado pela população do município, que, muitas das vezes, é inundada por uma mediatização recorrente e repetida de determinadas ocorrências criminais, que, pela sua natureza e violência, acabam por chamar a atenção dos *media*. Neste ponto, estamos perante aquilo a que CARTER (1989) refere como o “medo do crime”, o qual pode ter consequências ainda piores do que a própria vitimação, influenciando os indivíduos a alterar as rotinas diárias e aumentando os níveis de ansiedade e nervosismo.

Por outro lado, realce-se um padrão generalizado de ações contra a *Autoridade do Estado* em geral, e contra os elementos policiais em particular, com especial incidência nas ZUS, as quais, sendo efetivas e reais, destabilizam e causam perturbação social, contribuindo para um maior sentimento de insegurança. Neste sentido, surge a necessidade de utilizar novos meios para contrariar estas tendências e, acima de tudo, equilibrar a fragilidade da vivência social existente.

Apesar do registo estatístico apresentar uma tendência decrescente da criminalidade ao longo dos últimos anos, o poder local, em estreita parceria com a PSP, sentiu necessidade de fazer face ao crescente sentimento de insegurança da população e recorrer a novas metodologias de prevenção e reação criminais, tendo como linha de fundo as políticas desenvolvidas pelos sucessivos governos nesta circunstância.

No município da Amadora foi avançada uma Recomendação da Assembleia Municipal para o reforço da segurança no concelho, tendo em consideração a instalação de um sistema de videovigilância em curso e que foi implementado muito recentemente, totalmente financiado pela Câmara Municipal e cuja operação e controlo cabe à Divisão da PSP da Amadora, que gere a sala de controlo deste sistema operativo, como veremos no capítulo III.

II.3. A EVOLUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA E OS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA.

Em Portugal, os CLS nascem no Programa do XVII Governo Constitucional⁵², cujo objetivo no domínio securitário passava por garantir as condições de segurança das pessoas e das comunidades, passando pela adoção de políticas orientadas para um policiamento de maior visibilidade e proximidade, de forma a reforçar o sentimento de segurança, envolvendo as autarquias, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) e os organismos locais de segurança (Presidência do Conselho de Ministros, *Programa do XVII Governo Constitucional*, p. 150, 2005).

Neste sentido, foi celebrado a 13 de agosto de 2008, entre o Governo (representado pelo MAI) e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), um protocolo “regulamentador” dos CLS, no qual previa a celebração de contratos destinados a melhorar as condições nos bairros problemáticos, permitindo a aglutinar a concessão de várias subvenções que se encontravam dispersas por múltiplos programas e fontes de financiamento diversas. Estes contratos passaram a exigir a responsabilização solidária de várias entidades, públicas e privadas, centrais, regionais e locais, sendo que, por delegação do MAI, os Governos Cívicos passaram a negociar diretamente a celebração dos CLS com os municípios.

Nesse mesmo ano é celebrado o primeiro CLS com a autarquia de Loures, tendo sido definido um projeto-piloto a ser aplicado nas ZUS do concelho, designadamente as localizadas em Apelação, Camarate e Sacavém (ARAÚJO, 2010).

Como ferramenta fundamental e de suporte aos CLS é, em 2010, editado o Manual de Diagnósticos Locais de Segurança, pela Direção Geral da Administração Interna (DGAI)⁵³. Este instrumento veio facilitar a tarefa de preparação dos diagnósticos locais, ajudando a compreender os problemas das comunidades no

⁵² Disponível em <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/ProgramaGovernoXVII.pdf>.

⁵³ Disponível em [https://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Manual_Seguranca\[1\].pdf](https://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Manual_Seguranca[1].pdf).

que concerne à sua segurança, quer na sua dimensão objetiva, quer na sua dimensão subjetiva. Ao mesmo tempo, este instrumento permitia encontrar as soluções que mais facilmente respondiam às necessidades identificadas, realçando que “a tomada de consciência do problema pelos municípios é crucial, e o sucesso depende da coordenação do envolvimento de instituições públicas e privadas de diferentes sectores, da sociedade civil e das comunidades locais” (DGAI, 2009, p. 8).

O CLS conseguiram, assim, salvaguardar todos os elementos essenciais para fazer face aos problemas de segurança das comunidades. A participação das instituições, das pessoas, das forças de segurança e de outros atores, regionais e locais, contribuíram para identificar e prevenir comportamentos antissociais e permitiram um avanço neste domínio, oferecendo um olhar holístico sobre os verdadeiros problemas da segurança, analisando a sua génese numa vertente securitária e social.

Em julho de 2016, o Governo apresentou uma nova geração de CLS, tendo como principais objetivos reduzir as “as vulnerabilidades sociais” e a “prevenção da criminalidade e da delinquência juvenil”⁵⁴. Os municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Maia, Oeiras, Porto, Serpa, Sintra, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Gaia assinaram contratos com o MAI que visavam responder às diferentes realidades sócio criminais.

Esta nova família de CLS envolve, além do MAI, outros seis ministérios – da Justiça; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; da Educação; do Trabalho; da Solidariedade e Segurança Social; da Saúde; e, ainda, o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro.

O acordo celebrado entre o Governo envolveu, também, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), no âmbito da prevenção da criminalidade e da delinquência juvenil, tendo sido criada uma Comissão Interministerial dos Contratos Locais de Segurança, que passou a monitorizar os acordos celebrados entre o MAI e os

⁵⁴ “Dez municípios assinam contratos de segurança com o Governo”. *O Observador*, 14 de julho de 2016: disponível em <http://observador.pt/2016/07/14/dez-municipios-assinam-contratos-de-seguranca-com-o-governo/>. [Consultado em 28 de setembro de 2017].

Municípios Portugueses. Neste contexto foram criadas três diferentes tipologias de CLS, designadamente o “MAI Município”, o “MAI Bairro” e o “MAI Cidadão”⁵⁵.

É neste contexto que o a instalação do sistema de videovigilância pública no município da Amadora ganha novo estímulo, tendo avançado definitivamente com a supramencionada Recomendação da Assembleia Municipal em novembro de 2016.

Importa, ainda, na evolução dos trabalhos que conduziram à implementação do referido sistema de CCTV na Amadora, referir os estudos e sondagens que apontam para uma maior confiança do cidadão nos sistemas CCTV e na sua utilização, existindo uma efetiva disponibilidade das pessoas para abdicar, na exata medida da necessidade, da sua privacidade, em função da colocação destes sistemas em espaços públicos, com plena consciência do seu valor em termos do aumento da sua segurança. que foram desenvolvidos e que serviram de barómetro à autarquia na tomada de decisão. Neste particular, releva-se a sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP)⁵⁶.

Com 1260 inquéritos de rua e 1322 inquéritos domiciliados, abrangendo todas as freguesias do concelho e distinguindo entre residentes e “passantes” na cidade, retira-se do estudo efetuado as seguintes conclusões (CESOP, 2011):

- i) 92% dos residentes eram a favor da instalação de um sistema de videovigilância, face a 8% que eram contra;
- ii) 91% dos “passantes” eram a favor da instalação de um sistema de videovigilância, face a 9% que eram contra;
- iii) Questionados sobre os meios mais relevantes para reduzir a criminalidade, 48% dos residentes e dos passantes consideravam a

⁵⁵ O “MAI Município” abrangeu uma amplitude municipal e foi direcionado para a prevenção geral da criminalidade e para o aumento do sentimento de segurança das populações; o “MAI Bairro” foi direcionado para a prevenção criminal, nomeadamente a delinquência juvenil; e o “MAI Cidadão” visa responder a situações pontuais, como o turismo e os movimentos migratórios. In “Dez municípios assinam contratos de segurança com o Governo”. *O Observador*, 14 de julho de 2016: disponível em <http://observador.pt/2016/07/14/dez-municipios-assinam-contratos-de-seguranca-com-o-governo/>. [Consultado em 28 de setembro de 2017].

⁵⁶ In Universidade Católica Portuguesa – CESOP; *Estudo sobre a segurança no concelho da Amadora: relatório interpretativo*, Lisboa, 2011.

videovigilância uma ferramenta útil, apenas ultrapassada por um aumento do policiamento (cerca de 84% para os residentes e 79% para os “passantes”);

- iv) Sobre os efeitos da instalação das câmaras no aumento do sentimento de segurança dos residentes, 65% dos “passantes” e 64% dos residentes consideraram que contribuirá para o aumento do sentimento de segurança, sendo que 18% e 20% dos “passantes” e residentes, respetivamente, observaram que aumentará muito;
- v) No que se refere ao efeito da instalação das câmaras na redução da criminalidade, 82% dos residentes e 78% dos “passantes” consideraram que esta medida ia ter influência na diminuição da criminalidade no concelho. A este respeito, de referir que apesar dos inquiridos considerarem que a videovigilância teria um efeito positivo, os inquiridos mais jovens mostram-se mais céticos quando questionados sobre a possibilidade da videovigilância diminuir a criminalidade na Amadora;
- vi) Pretendeu o Município da Amadora, igualmente, auscultar a população sobre o seu sentimento de segurança no concelho, concluindo que 56% dos residentes e 52% dos “passantes” inquiridos já foram vítimas de furto ou roubo ou dano (vandalismo) e, em 72% dos casos, na via pública. O sentimento de insegurança foi aferido de duas formas, por inquirição direta e quanto ao conhecimento que o inquirido tinha sobre a ocorrência de delitos sobre outras pessoas o que irá influenciar as suas representações sobre segurança. Por inquirição direta, 42% dos residentes consideram o concelho da Amadora perigoso, sendo que 13% o consideram mesmo muito perigoso; pelo contrário, apenas 1% considera a cidade muito segura e 10% segura. De referir que os inquiridos que avaliaram o concelho como perigoso ou muito perigoso são maioritariamente aqueles que já tiveram uma experiência de vitimação, as mulheres e os indivíduos mais velhos (no caso destes, conforme aumenta a idade, aumenta a avaliação do perigo). Assim, no caso dos residentes, no total de inquiridos que avaliaram o concelho

como perigoso ou muito perigoso, 64% foram vitimados na Amadora, 55% são mulheres e 39% têm mais de 55 anos (9% têm até 24 anos). Sobre o conhecimento da existência de vítimas de delitos praticados na cidade da Amadora, cerca de $\frac{3}{4}$ dos residentes conhece alguém que já foi vítima de furto ou roubo, sendo que mais de metade disseram ter conhecimento de duas ou mais pessoas vitimadas por estes tipos de delitos. A par, é demonstrativo do sentimento de insegurança vivenciado pela população, o facto de 90% dos residentes referirem ser provável ou muito provável poderem vir a ser vítima de um assalto ou 82% terem o seu veículo danificado;

- vii) Por fim, face à preocupação dos residentes e “passantes” de perderem a sua privacidade e anonimato, visto o uso de vigilância eletrónica ser uma restrição ao direito à reserva da intimidade da vida privada, as respostas foram no mesmo sentido de 76% dos residentes e 80% dos “passantes” não considerarem que a instalação de câmaras de videovigilância iria violar aquele seu direito. No mesmo sentido, cerca de 78% dos residentes e 82% dos “passantes” não consideram que a videovigilância afeta o seu direito de circular anonimamente nas ruas da cidade.

Deste pequeno resumo das principais conclusões retiradas da sondagem efetuada em 2011, facilmente se percebe que não só a esmagadora maioria dos inquiridos era a favor da instalação do sistema de videovigilância pública no município, como também essa maioria afirmou categoricamente que o sistema não interferiria com o seu “direito à privacidade”.

CAPÍTULO III: O SISTEMA DE VIDEOPROTEÇÃO NA AMADORA

III.1. A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA (CCTV)

O desenvolvimento do presente capítulo e respetivos subcapítulos assenta primordialmente na observação direta participante dos seus autores.

O processo de instalação de um sistema de videovigilância urbana na cidade da Amadora desenvolveu-se durante nove anos.

A Câmara Municipal da Amadora, nos termos da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro apresentou, em dezembro de 2008, junto do MAI, um projeto de videovigilância que previa a instalação de 113 câmaras⁵⁷ de videovigilância no concelho.

Este projeto tinha por objetivo a dissuasão e repressão da criminalidade, sendo que a maior concentração de câmaras observava-se em locais onde se registou a ocorrência particularmente elevada de roubos e furtos (furtos de veículos e no seu interior, furto em residências e em estabelecimentos comerciais, roubo por esticção e na via pública), durante o período de janeiro de 2002 a Junho de 2008 e que se cifravam em 49 004 ocorrências criminais.

Neste projeto, o visionamento e gravação das imagens era efetuada, exclusivamente numa central de comando e controlo, instalada na Divisão Policial da Amadora.

A CNPD colocou dúvidas sobre os resultados e a eficácia do projeto de videovigilância apresentado e considerou que o mesmo teria um impacto profundo e intrusivo nos direitos pessoais dos indivíduos que eram filmados, colocando, assim, em causa o direito fundamental à intimidade da vida privada e familiar⁵⁸, emitindo um parecer negativo.

⁵⁷ As câmaras, então, propostas funcionariam numa plataforma de telecomunicações ADSL, fixadas em postes de iluminação pública e garantiria a encriptação da imagem até 8 zonas privadas.

⁵⁸ Nos termos do Parecer n.º 48/2010, da CNPD, a utilização de sistemas de CCTV “induz, desde logo, uma domesticação do espaço observado, na medida em que o objetivo é dissuadir os seus utilizadores de aí realizarem atos ou desenvolverem comportamentos julgados inadequados”, além

À data, o parecer da CNPD era vinculativo, pelo que o referido pedido de instalação foi indeferido, em agosto de 2010, pelo MAI.

Tendo em consideração os fundamentos invocados pela CNPD, o município da Amadora apresentou um segundo projeto, instruído com o levantamento das ocorrências criminais por artéria e acompanhado por um estudo de opinião (CESOP, 2011), que concluía pela recetividade e concordância da população com a instalação de câmaras de vídeo na cidade. Dado o entendimento restritivo da CNPD, o número de câmaras propostas foram reduzidas para um mínimo considerado indispensável de 61 câmaras.

Este projeto veio a ser devolvido, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro, que alterou a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro⁵⁹, para adaptação às novas disposições legais.

Atenta a nova redação da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, especialmente tendo em consideração o facto do parecer da CNPD deixar de ser vinculativo e a publicação das Portarias n.ºs 372/2012 e 373/2012, ambas de 16 de novembro, que fixaram os requisitos técnicos mínimos das câmaras e o modelo de avisos e

de identificar espaços de risco e alvos de risco, o que leva “à perda de anonimidade nos espaços públicos. Invocou a CNPD que a videovigilância na Amadora iria “produzir um efeito estigmatizador e de exclusão relativamente às pessoas e aos grupos desfavorecidos da sociedade que anteriormente frequentavam aqueles espaços, com prejuízo da igualdade de condições e da não discriminação exigíveis no exercício das liberdades públicas. Alegando uma restrição intolerável dos direitos pessoais dos titulares dos dados observados pelas câmaras, considerou estar em causa a violação do princípio da igualdade, porque “em ambientes de tipo suburbano, a instalação de câmaras fixas tende a restringir sobretudo o exercício na via pública de liberdades cívicas das franjas ou grupos desfavorecidos da sociedade. Além disso, alegou que a instalação do sistema igualmente iria contender com os direitos à imagem e à intimidade da vida privada e familiar, protegidos pelo n.º 1 do artigo 26.º da CRP, “no caso da Amadora, com a instalação de 113 câmaras, que captam 322 planos diferentes das ruas e praças da cidade, e com ruas vigiadas por vezes por 9, 8 e 7 câmaras à vez, essa restrição tende a ser muito extensa e a existir de forma permanente, a ponto de ser possível seguir e reconstituir aproximadamente as movimentações dos cidadãos que circulem por diferentes locais do município”. Acrescentando, inclusivamente, a implementação do sistema “combinado com meios tecnológicos de busca inteligente (...) abre sem dúvida o caminho para a implementação de forma de *tracking* dos cidadãos e para a constituição de perfis quanto à sua vida familiar”. Por fim, a CNPD invocou, igualmente, que o direito aos cidadãos circularem anonimamente nas ruas, sem serem especialmente notados ou nomeados iria ser posto em causa. Concluindo que “se compararmos os custos e sacrifícios impostos aos direitos pessoais afetados com os benefícios obtidos com a prossecução dos interesses públicos da proteção de pessoas e bens, prevenção de crimes e manutenção da segurança e ordem públicas, teremos de concluir que, face aos factos apurados e em vista do projeto que nos foi apresentado, os primeiros excedem manifestamente os segundos” (sublinhado nosso).

⁵⁹ Para acompanhamento do processo legislativo, cfr. <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhelIniciativa.aspx?BID=3657>.

simbologia a instalar, respetivamente, a CMA e a PSP reavaliaram as reais necessidades e apresentaram um projeto composto por 103 câmaras, a instalar em 5 das atuais 6 freguesias do concelho, com captação exclusiva de imagem e sem gravação de som.

O projeto submetido a autorização governamental cumpria o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, tendo sido requerido pelo Diretor Nacional da PSP, acompanhado por um pedido subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal da Amadora, o qual, para cumprimento da alínea i) do n.º 1 do referido artigo, assumia, igualmente, o financiamento da instalação do sistema e respetivas despesas de manutenção, mediante a inscrição das verbas necessárias nas Grandes Opções do Plano de 2013.

O pedido de autorização foi, de igual modo, acompanhado pela já referida sondagem de opinião do CESOP, um levantamento exaustivo de todas as peças jornalísticas publicadas na imprensa escrita sobre crimes praticados no concelho da Amadora, uma análise estatística com as ocorrências criminais, por artéria, desde janeiro de 2002 a junho de 2012 e moções aprovadas pela Câmara Municipal e freguesias do concelho.

Através do Despacho n.º 4311/2013, de 18 de março, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, publicado na IIª Série do Diário da República, n.º 59, de 25 de março e retificado pela Declaração de Retificação n.º 416/2013, publicada na IIª Série do Diário da República, n.º 65, de 3 de abril, o projeto de videovigilância apresentado foi autorizado, nos termos submetidos a aprovação, por um período de dois anos, a contar da data de entrada em funcionamento.

O sistema aprovado, como já referido, é composto por 103 câmaras, que captam exclusivamente imagem e encontram-se ligadas por uma rede de fibra ótica⁶⁰, propriedade do município da Amadora. Destaca-se, também, que as comunicações entre câmaras são sempre encriptadas.

⁶⁰ De destacar que, dado o avanço da tecnologia, de um primeiro projeto baseado numa rede ADSL acabou por ser instalado um sistema alicerçado, exclusivamente, em fibra ótica, com redundância, com garantia de segurança na transmissão de dados.

Todas as câmaras instaladas são móveis, com movimentos *Pan & Tilt* (rotação horizontal de 360º e deslocação vertical de 0-90º) e *zoom*, policromáticas, com modo de visão noturna e funcionam em modo patrulha, mediante programação para o efeito.

Para garantia da liberdade e da privacidade e face ao disposto no n.º 6 do artigo 7.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, foram inseridas máscaras de privacidade, de modo a omitir a imagem de áreas privadas habitacionais, tais como, portas, janelas, varandas ou terraços.

O sinal das imagens captadas por todas as câmaras convergem para o CCC da Amadora, situado nas instalações da Divisão Policial da Amadora, onde está instalada a central de monitorização e de gravação. Estão igualmente criadas as condições para o sinal ser replicado no CCC do COMETLIS⁶¹, com possibilidade de visionamento em simultâneo em ambos os centros, controlo das câmaras e gestão do *video-wall*.

Para garantir a continuidade do funcionamento em caso de falha de energia foram instalados *Uninterruptible Power Supplies* (UPS) com capacidade para suportar o funcionamento do equipamento até à entrada em laboração de um gerador instalado especialmente para o efeito.

A manutenção, conforme já referido anteriormente, é garantida pela CMA, mediante comunicação da verificação de avaria ou anomalia. Por fim, é de salientar que todos os locais que podem ser visualizados estão identificados com sinalética de início e de fim de zona vigiada, com a disponibilização de todos os elementos legalmente exigíveis.

⁶¹ A ligação entre o Centro de Comando e Controlo da Amadora e o COMETLIS será efetuado através da Rede Nacional de Segurança Interna, cuja ligação se aguarda.

III.2. GESTÃO OPERACIONAL

A investigação deste subcapítulo, bem como do seguinte, resulta essencialmente da experiência profissional dos seus autores e da observação direta participante enquanto responsáveis pelo comando e gestão da Divisão da PSP da Amadora.

Como referimos anteriormente, a implementação do sistema ocorreu em 2016 e a sua inauguração oficial realizou-se no dia 16 de maio de 2017. O sistema de videovigilância conta, atualmente, com 103 câmaras, cobrindo todas as freguesias do município.

A recolha e o tratamento dos dados são efetuados, exclusivamente, por elementos da PSP, encontrando-se os mesmos sujeitos a um escrupuloso dever de confidencialidade, bem como a um permanente enquadramento e supervisão.

Por questões de segurança, a entrada no CCC é restrita a agentes autorizados e encontra-se abrangida por um sistema de CCTV interno que regista os acessos.

De acordo com os dados disponíveis na Divisão da PSP da Amadora, desde o início da operacionalidade do sistema (de maio a setembro de 2017), podemos atestar que a preservação de imagens os seguintes resultados:

Tabela 3. Resultados das imagens no sistema de CCTV da Amadora

	Visionamentos Positivos	141
Pedidos Solicitados	Visionamentos Negativos	95
	Locais Não Visionados	117
	Total	353
	Medidas urgentes	4
Apoio a Outros OPC		
	PJ	19
	Acidentes	38
Outras situações - sem gravação e em relatório	Incêndios	13
	Doenças Súbitas	5
Crimes detetados COC, encaminhados para Esquadra		52

Fonte: PSP da Amadora

A tabela inclui os pedidos solicitados ao CCC da PSP da Amadora em que as ocorrências podem ter sido captadas pelas câmaras do sistema de CCTV. Inclui ainda solicitações de outros órgãos de polícia criminal (OPC), que não a PSP, e ocorrências de índole não criminal que não dão origem à gravação, por não configurarem suspeita de crime.

Assinale-se, desde logo, o facto de os pedidos solicitados desde a operacionalidade do sistema atingirem uma média de 70 por mês (353 em cinco meses) e de os resultados apontarem para cerca de 40% de “identificações positivas”⁶² (com 141 resultados em 353 pedidos), sinal que o investimento neste tipo de tecnologias de prevenção situacional poderá apresentar uma taxa de sucesso considerável em matéria de segurança de proximidade.

Não é despreciando também o facto de, dos pedidos solicitados em matéria de ocorrência criminal, existirem 117 do total que ocorreram em áreas não captáveis pelo CCTV (correspondendo a cerca de 33% dos casos solicitados). Este facto leva a ponderar que se o sistema fosse mais abrangente e com um maior número de câmaras, as probabilidades de “visionamentos positivos” poder ser maior e trazer maiores benefícios para o trabalho da polícia e, consequentemente, mais segurança para a comunidade.

Numa outra perspetiva, resultante do trabalho de investigação criminal que a Esquadra de Investigação Criminal (EIC) da Divisão da PSP da Amadora desenvolve no âmbito das suas competências legais, importa referir que foi produzida uma matriz, com o registo de todo o tipo de informações pertinentes no âmbito de um processo-crime para cada uma das 103 câmaras instaladas nas artérias da cidade. Tal matriz tem já registados 261 processos-crime, nos quais a análise das imagens poderá ser crucial para o sucesso das investigações em curso. Atualmente, as identificações neste contexto permitiram reconhecer cabalmente oito suspeitos da prática de crimes⁶³.

⁶² Neste âmbito, são consideradas “identificações positivas” aquelas em que é possível reconhecer com nitidez a imagem de indivíduo(s) suspeito(s) da prática de crimes, mesmo não sendo possível nomear a(s) pessoa(s) em questão. Diferente é a “identificação positiva” nos casos de processos-crime (investigação criminal), em que, nestes, apenas se considera a identificação positiva quando é possível atribuir uma identificação concreta e conhecida ao(s) suspeito(s).

⁶³ Fonte: PSP da Amadora.

III.3. DESAFIOS E PERSPETIVAS FUTURAS

Depois de iniciado o competente processo, a instalação do CCTV da cidade da Amadora conheceu a sua oficialização em finais de 2016 e a inauguração teve lugar muito recentemente, em maio de 2017. Após cinco anos do levantamento para a localização das câmaras do sistema, foram instalados 103 destes dispositivos, podendo questionar-se se, após aquele levantamento e o tempo que mediou até à sua implementação, se estarão ainda atuais os requisitos e análises que tinham sido efetuadas para o efeito.

Os resultados até agora alcançados deixam-nos alguma margem de manobra para afirmar que o sistema permitirá concorrer, inequivocamente, para uma maior e melhor prevenção da criminalidade, além de concorrer, paralelamente, para a eficácia da investigação criminal.

No total de casos de preservação de imagens, quase 40% permitiram atestar a identificação positiva dos suspeitos, sendo que, segundo dados da própria PSP, a esmagadora maioria das solicitações advieram de denúncias dos próprios cidadãos, representando, na nossa ótica, um grande envolvimento e confiança da população local nas autoridades e, em particular, na PSP da Amadora.

A gestão operacional dos sistemas e a sua utilização enquanto ferramenta de prevenção da criminalidade e recurso precioso para a segurança das comunidades é agora o desafio que se coloca a todas as autoridades envolvidas.

Um dos constrangimentos observados nas entrevistas que efetuámos prende-se com os encargos que sistemas tecnológicos desta natureza acarretam.

Segundo TAVARES (2017), um dos grandes problemas que se prende com o circuito de videovigilância pública na cidade da Amadora é precisamente o facto das autorizações emitidas pelo MAI para a exploração do sistema “terem, por imposição legal, a duração máxima de dois anos; tal pode ser penalizador do ponto de vista financeiro, dificultando, pelo custo elevado, uma solução com recurso a *renting* e que dificultará a celebração de contratos de assistência técnica, os quais não podem ultrapassar os períodos de autorização, na medida em que não há garantias absolutas de renovação, nem sequer de manutenção do interesse das

forças de segurança em prosseguir com os projetos implementados”. Para a Presidente da CMA as próprias autarquias estão limitadas: sendo os equipamentos da sua propriedade, acabam por estar sujeitas às redefinições das políticas de segurança orientadas para os concelhos, podendo mesmo correr o risco de existir uma decisão que origine o cancelamento do sistema de videovigilância, obrigando à restituição dos equipamentos.

A par destes constrangimentos, existe toda a complexidade dos sistemas tecnológicos desta índole, em permanente evolução e que acarretam encargos muito significativos para as autarquias.

O grande desafio passa em poder-se definir planos e contratos-programa que possam atribuir à administração central a responsabilidade de grande parte das despesas, sendo certo que tal assunção permitiria que toda a gestão dos sistemas fosse assumida, neste caso, pelas forças de segurança.

No fundo, estaríamos perante políticas públicas de dimensão nacional, cujo suporte pelo Estado permitiria uma compatibilização e manutenção dos sistemas de videovigilância, deixando às autarquias o encargo de algumas responsabilidades. Neste pressuposto, o Estado estabelece um protejo de dimensão global, com um mesmo modelo, com equipamentos iguais, garantindo a sua compatibilização e deixando às câmaras municipais a execução, por exemplo, de obras, comparticipando-as. A manutenção poderia ser delegada nas autarquias, com transferências de verbas nesse sentido. Por exemplo, na área da Educação, a administração central delegou todo o fornecimento de bens, seleção de pessoal não docente, conservação e manutenção de edifícios nos municípios, os quais recebem verbas para o efeito.

O modelo de autorização para a instalação dos sistemas de CCTV prevê que a autorização seja requerida pelo dirigente máximo da força de segurança ou pelo presidente da câmara⁶⁴, sendo que tem de ser demonstrado mediante prova documental “um comprovativo de aprovação, de capacidade ou de garantia do financiamento da instalação do equipamento utilizado e das respetivas despesas

⁶⁴ Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, n.ºs 1 e 2.

de manutenção”⁶⁵, o que revela que a legislação não exige uma programação de âmbito superior ao local para a instalação de sistemas de vigilância por vídeo.

O exemplo da Ribeira do Porto é paradigmático. O financiamento foi assegurado pela Associação de Bares do Porto, a qual, em 2010, *“como forma de pressionar o alargamento do âmbito daquela autorização, em sede de processo de renovação, a associação (...) veio declarar, publicamente, que iria desligar o sistema”*⁶⁶. Estando em causa a segurança pública, este tipo de sistemas, que implicam investimentos avultados, não podem ficar dependentes de financiadores externos.

Por outro lado, além do investimento com a instalação, que é complexa e justifica os hiatos de cerca de dois anos entre as autorizações e as entradas em funcionamento dos sistemas, a manutenção tem um peso financeiro considerável, na medida em que tem por base tecnologia e acesso a câmaras, pelo que a necessidade de ter uma manutenção preventiva e corretiva é premente e com reflexo direto nos resultados que podem ser obtidos.

Como referimos anteriormente, o modelo atual atribui às autarquias a implementação e subsistência dos sistemas. De acordo com o conhecimento dos autores, o sistema de CCTV do Bairro Alto, em Lisboa, teve várias câmaras desligadas durante algum tempo. Por outro lado, na Amadora, semanalmente, há registo de avarias nas câmaras do sistema público de CCTV, exigindo intervenção imediata, entre outros problemas como sejam árvores a necessitarem de ser cortadas, máscaras de privacidade que desaparecem, etc.

As restrições e obrigações orçamentais que são impostas às autarquias, independentemente de terem equilíbrio financeiro, além das dificuldades à contratação, podem levar a que muitos dos sistemas fiquem sem manutenção, conduzindo ao insucesso do sistema. Além disso, por não haver uma efetiva supervisão, os municípios colocam sistemas que, no limite, podem ser incompatíveis entre si, porque têm diferentes *softwares*, acrescidos de

⁶⁵ Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, art.º 5.º, n.º 1, alínea i).

⁶⁶ Parecer n.º 70/2011 da CNPD.

uma ausência de parecer das entidades policiais locais, por falta de participação no processo ou por falta de capacidade técnica para o efeito.

A título de exemplo, podemos referir que a ligação do sistema da Amadora ao CCC de Moscavide (COMETLIS) ainda não foi ativada, apesar de estar previsto há pelo menos dois anos.

Como apontámos, a criação de um Programa Nacional, que garantisse a compatibilização dos sistemas, harmonizando estratégias, equipamentos, encargos e procedimentos, poderia vir a evitar os problemas que agora se assistem.

CONCLUSÃO

As políticas de segurança modernas parecem apontar para o recurso às novas tecnologias enquanto ferramentas de auxílio na prossecução dos seus objetivos de prevenção e redução dos índices da criminalidade, em todas as suas formas. Em Portugal, o recurso aos sistemas de videovigilância, enquanto instrumentos de prevenção criminal e situacional, conheceu um verdadeiro impulso a partir de 2007, com o programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009).

Com o surgimento das novas gerações de CLS, o envolvimento de entidades regionais e locais, a par com as forças de segurança e comunidades locais, passou a ser mais efetivo e direcionado para a génese e dimensão social dos problemas securitários que afetavam as populações, principalmente nos grandes centros urbanos.

Nesta pesquisa direccionámos a nossa investigação para o caso de estudo da cidade da Amadora, considerando a experiência profissional do seu redator e a sensibilidade crescente que o poder central e local direccionou para as questões securitárias neste concelho específico, apostando em políticas concretas de prevenção situacional com recurso a modernos meios tecnológicos, em especial a implantação de sistemas de videovigilância pública urbana.

O estudo e análise para a efetivação do sistema de CCTV no município da Amadora começou em 2012, mas o seu funcionamento só teve início em maio de 2017. Passados cinco anos desde o levantamento inicial dos locais nos quais foram instaladas as câmaras do CCTV na cidade da Amadora, é fundado interrogarmo-nos se a localização dos equipamentos é a mais adequada. Os resultados até agora obtidos, ainda que limitados em quantidade para uma análise a desenvolver a médio/longo prazo, apontam para um trabalho meritório por parte das autoridades envolvidas.

Apesar dos progressos obtidos nos últimos anos, com uma descida progressiva das taxas de criminalidade no concelho amadoreense, os crimes de roubo, furto e ofensas corporais são dos que apresentam maior taxa de incidência no município, traduzida num aumento generalizado do sentimento de insegurança

no seio da população. Este sentimento levou a que a sociedade local afirmasse, em várias sondagens de opinião, preferir abdicar do seu direito à privacidade em detrimento de uma maior segurança pública no concelho, afirmando-se maioritariamente a favor da instalação de sistemas de CCTV.

Com o funcionamento deste sistema tecnológico, acabaram por surgir várias questões, legais e operacionais, tendo em vista uma melhoria potencial da eficácia e eficiência da videoproteção na prevenção da criminalidade, na investigação dos crimes e na resposta operacional, útil e convincente, por parte da PSP, enquanto entidade gestora do sistema e, paralelamente, responsável territorial pela segurança.

No início desta investigação colocámos quatro hipóteses que, de acordo com os objetivos definidos, procurámos aferir numa ótica de avaliação do impacto que a utilização dos meios de videovigilância têm na prevenção da criminalidade, sobretudo enquanto mecanismo ao serviço do Estado.

No que concerne à questão se a introdução dos sistemas de CCTV, ao abrigo das novas tecnologias de informação e comunicação, consubstanciam políticas de segurança, defendemos que as estas surgiram num ambiente de maior preocupação dos Governos para os problemas securitários das comunidades, tendo em vista uma maior eficácia na prevenção da delinquência e criminalidade. As estratégias desenvolvidas começaram a envolver diversos atores, de forma holística e integrada, procurando responder aos problemas concretos que estavam na génese da insegurança. O recurso às novas TIC e, em especial, dos sistemas de videovigilância urbana, surgiram como ferramentas ou meios para atingir melhores resultados no combate e prevenção da criminalidade. Neste sentido, podemos infirmar a presente hipótese, adiantando que os sistemas de CCTV devem ser considerados como ferramentas ou instrumentos para atingir determinadas políticas de segurança e não se constituindo como próprias políticas no campo securitário.

Quanto à questão se serão os sistemas de CCTV eficazes na prevenção e combate à criminalidade, devemos ter em consideração que os dados disponíveis em Portugal são ainda residuais e não permitem retirar conclusões concretas neste

campo. Não obstante, a análise dos elementos disponíveis permite verificar alguns sucessos em termos preventivos e de auxílio à investigação criminal. Cerca de 40% dos visionamentos de situações de índole criminal registados pelo sistema de CCTV da cidade da Amadora permitiram uma identificação positiva dos suspeitos, embora, só por si, não possam contribuir, de forma inequívoca, para a conclusão ou desfecho dos respetivos processos-crime em investigação.

Não obstante, considerando a breve análise que foi traçada em dois países europeus onde a utilização de sistemas de CCTV está mais sedimentada – Reino Unido e Itália -, podemos confirmar que o recurso a este tipo de ferramentas são extremamente eficazes para a prevenção situacional da criminalidade e um precioso auxiliar na gestão operacional de meios policiais de resposta a situações de violência e criminalidade grave, como por exemplo casos de terrorismo. Neste ponto em concreto, podemos concluir que o sistema de videoproteção urbana existente em Londres foi fundamental para responder e anular o ataque terrorista perpetrado por três suspeitos em junho de 2017, conferindo uma significativa eficácia policial no modo como foram geridos os meios de intervenção policial e de emergência médica.

De igual forma, quisemos compreender qual o papel das forças e serviços de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados. A legislação em Portugal não permite, até ao momento, total latitude às forças de segurança na supervisão e monitorização dos sistemas de videovigilância urbana. Desde logo, não compete às forças policiais a decisão dos locais onde são colocadas as câmaras de vigilância e esta instalação está dependente de pareceres de entidades externas, embora tenham deixado de ser vinculativos. Da investigação efetuada, podemos verificar que Portugal propende a seguir a tendência europeia, no sentido de fornecer às suas polícias uma maior intervenção neste domínio. Ao contrário do Reino Unido, onde a instalação dos sistemas, bem como a sua supervisão e monitorização, é da exclusiva responsabilidade da Polícia [*Metropolitan Police*], no nosso país a gestão destes sistemas está ainda nas mãos de muitas entidades privadas. A legislação não permite, de igual modo, o acesso, por parte das forças de segurança, a

imagens emitidas por sistemas operados por privados, o que limita a ação policial de prevenção de situações que possam causar perigo ou insegurança pública.

Existem no nosso país cerca de 80.000 câmaras, entre operadores públicos e privados, devendo caminhar-se para uma otimização destes recursos, fornecendo às forças policiais a capacidade para aceder e supervisionar tais meios, à semelhança do que se observa no Reino Unido e em Itália, países objeto do nosso estudo.

Por fim, tentámos compreender que resultados para a segurança da população local do município da Amadora trouxe a implantação do sistema de CCTV. A população amadoreense tem exprimido a sua satisfação pela estratégia adotada no concelho no que diz respeito à adoção de um sistema de CCTV nas principais artérias da cidade. Os resultados visíveis estão ainda pouco sedimentados, dado o período reduzido da sua exploração (cerca de seis meses). Contudo, dos elementos recolhidos parece não haver dúvidas que o sentimento de segurança da população terá evoluído positivamente, uma vez que, numa sondagem levada a cabo para implementação do sistema de CCTV na cidade, mais de 80% dos inquiridos manifestaram acreditar que esta ferramenta trará melhores resultados na prevenção da criminalidade.

O tempo irá agora permitir avaliar e trazer conclusões sobre a mais-valia deste sistema de CCTV no município da Amadora, ao mesmo tempo que, dessa avaliação poderá surgir uma decisão política para a generalização da utilização deste tipo de ferramentas de prevenção e combate da criminalidade.

Face às conclusões retiradas no presente estudo, a implementação de novas políticas na área da segurança deverá, na nossa opinião, caminhar no sentido de se criar um “Plano Nacional de Videovigilância Urbana” (dando seguimento ao Plano anunciado em 2007) que permita adotar uma harmonização de meios, recursos tecnológicos, procedimentos e apoios financeiros globais e transversais, que possibilitem uma compatibilização e manutenção comuns dos sistemas de CCTV, conferindo maior eficácia e resultados positivos na prevenção criminal e, consequentemente, numa maior e melhor segurança pública.

Lisboa, 07 de novembro de 2017

O Redator

LUÍS ALBERTO SERREIRA PEBRE PEREIRA

Intendente da PSP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras Gerais e Específicas

ANDRADE, JOSÉ VIEIRA DE; *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Almedina, 2ª Edição. 2001/2002.

ARAÚJO, DALILA; *Segurança Comunitária, Modelos e Práticas. I Jornadas de Segurança Interna*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, 2010.

CANAS, VITALINO; “Proporcionalidade (Princípio da)”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. IV, Lisboa, 1994.

CARVALHO, RÚBEN ALEXANDRE MONTEIRO; *Da Influência Francesa nas Políticas Públicas de Segurança em Portugal*, Dissertação de mestrado Integrado em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI, 2016.

CATER, J., JONES, T. (1989). *Social Geography: an introduction to contemporary issues*, Colset Private Ltd, Great Britain.

CORREIA, EDUARDO PEREIRA e DUQUE, RAQUEL DOS SANTOS (coord.); *O Poder Político e a Segurança*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2012.

DGAI; *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança*, Ministério da Administração Interna, Lisboa, 2009.

DIAS, Manuel Domingues Antunes; “Um Olhar Conjuntural em torno da(s) Política(s) (d)e Segurança”, in *O Poder Político e a Segurança*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2012.

FROIS, Catarina; *Vigilância e Poder*, Lisboa, Mundos Sociais, 2011.

GONÇALVES, Maria Eduarda, “O Regulamento Europeu sobre Proteção de Dados e o Desafio do Big Data”, *Revista da Ordem dos Advogados*, julho, 2017

LANDEIRO, MÓNICA; *Informação n.º 8/2017MLR, Visita à Metropolitan Police de Londres*; Ministério da Administração Interna, 2017.

LARA, ANTÓNIO DE SOUSA; *Ciência política: Estudo da ordem e da subversão (5.ª ed.)*, Lisboa, ISCPSI, 2009.

MELLO, SÉRGIO VIEIRA DE; Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *Introdução ao Sistema dos Direitos Humanos*, 2003. Disponível em http://www.fd.uc.pt/igc/manual/pdfs/I_INTROD.pdf.

MIRANDA, JORGE; *Manual de Direito Constitucional, Tomo IV*, Coimbra Editora, 3.^a Edição.

MOREIRA, LUÍS; *Espaço Público, Videovigilância e Privacidade*, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa. Tese de mestrado em Administração Pública, 2013.

NOVAIS, JORGE REIS; *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora, 2004.

OLIVEIRA, JOSÉ FERREIRA DE; “Os Modelos de Polícia, face à Emergência das Políticas Públicas de Segurança”. *Revista “Polícia Portuguesa* n.º 128, Março/Abril, 2001.

OLIVEIRA, JOSÉ FERREIRA DE; *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento*, a Emergência do Policiamento de Proximidade, Coimbra, Almedina, 2006.

SARMENTO, CATARINA CASTRO E; *Direito da informática, privacidade e dados pessoais*, Almedina, Coimbra, 2005.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - CESOP; *Estudo sobre a segurança no concelho da Amadora: relatório interpretativo*, Lisboa, 2011.

VICENTE, LAURA NUNES; *O princípio da proporcionalidade - Uma Nova Abordagem em Tempos de Pluralismo*; Prémio Doutor Marnoco e Sousa, FDUC – disponível em http://www.ij.fd.uc.pt/publicacoes/premios/pub_1_ms/numero1_pms.pdf.

Legislação Portuguesa

Acórdão n.º 255/2002, publicado no Diário da República n.º 155/2002, I Série-A de 8 de agosto de 2002.

Declaração de Retificação n.º 416/2013, publicada na IIª Série do Diário da República, n.º 65, de 3 de abril.

Despacho n.º 4311/2013, de 18 de março, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, publicado na IIª Série do Diário da República, n.º 59, de 25 de março.

Lei de Segurança Interna. Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho. Publicada no Diário da República n.º 167, I Série, de 29 de agosto de 2008.

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. Publicada no Diário da República n.º 19, I Série, de 28 de janeiro de 2013.

Lei n.º 45/79, de 11 de Setembro. Publicada no Diário da República n.º 210, I Série, de 11 de Setembro de 1979.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, publicada no Diário da República n.º 168, I Série, de 31 de agosto de 2007.

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, publicada no Diário da República n.º 213, I Série de 6 de novembro de 2007.

Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, publicada no Diário da República n.º 6, I Série-A, de 10 de janeiro de 2005.

Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, publicada no Diário da República n.º 247, I Série-A, de 26 de outubro de 1999.

Lei Orgânica n.º 2/2004, de 12 de maio, Publicada no Diário da República n.º 111, I Série, de 12 de maio.

Parecer n.º 10/2017 da PGR, publicado na IIª Série do DR n.º 145, de 28 de julho de 2017.

Portaria n.º 372/2012, de 16 de novembro, publicada no Diário da República n.º 222, I Série, de 16 de novembro de 2012.

Portaria n.º 373/2012, de 16 de novembro, publicada no Diário da República n.º 222, I Série, de 16 de novembro de 2012.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal de Constitucional n.º 255/2002, publicado no Diário da República n.º 155/2002, Série I-A, de 8 de julho.

Acórdão Tribunal Constitucional n.º 105/90, de 29.03. Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19900105.html>.

Deliberação CNPD n.º 61/2004, de 19 de abril.

Parecer da CNPD n.º 70/11, referente ao Projeto da Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c325a694d57597a5a6a51304c5749795a5459744e4745774d5330345a5746684c5446685a6a55774e545578596a67785a4335775a47593d&fich=fb1f3f44-b2e6-4a01-8eaa-1af50551b81d.pdf&Inline=true>.

Parecer da Comissão de Direitos, Liberdade e Garantias da AR ao Projeto da Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a417859574d794d7a52694c5463304d4441744e44566a4d5331684f47566b4c5751335a546b325a47566d4d6a526d4d7935775a47593d&fich=01ac234b-7400-45c1-a8ed-d7e96def24f3.pdf&Inline=true>.

Parecer do Conselho Superior de Magistratura ao Projeto da Lei n.º 9/2012 de 23 de fevereiro. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a646d4e5456695a5456694c544d784d7a59744e444e694e793169596a41794c544e6a4f446b304d5449305a4759324d7935775a47593d&fich=7f55be5b-3136-43b7-bb02-3c894124df63.pdf&Inline=true>.

Parecer do Conselho Superior do MP ao Projeto da Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a4d77595467354d44526a4c546c694d6d4d744e446b345a4330345a54566b4c5749334f47526d4e6d566a4d4442684f4335775a47593d&fich=30a8904c-9b2c-498d-8e5d-b78df6ec00a8.pdf&Inline=true>.

Parecer n.º 10/2017 da PGR, publicado na IIª Série do DR n.º 145, de 28 de julho de 2017.

Legislação Inglesa

Data Protection Act 1998.

Protection of Freedoms Act 2012 (Part II).

Regulation of Investigatory Powers Act 2000.

Legislação Italiana

Código de Proteção de Dados Pessoais - Il Codice in materia di Protezione dei Dati Personali. D.Lgs. 30 giugno 2003 n. 196. Disponível em <http://www.carabinieri.it/cittadino/servizi/come-fare-per/la-normativa-sulla-privacy>.

Código dos Sistemas de Videovigilância - Deliberação n.º 558/A/421.2/70/456, de 8 fevereiro 2005.

Imprensa

DIÁRIO DE NOTÍCIAS As imagens do suspeito a fugir após o ataque nas Ramblas”, 21 de agosto de 2017: disponível em <https://www.dn.pt/mundo/interior/as-imagens-do-suspeito-a-fugir-apos-o-ataque-nas-ramblas-8718225.html>; [Consultado em 22 de agosto 2017].

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, JORNAL DE NOTÍCIAS e RÁDIO TELEVISÃO PORTUGUESA (RTP), disponíveis respetivamente, em <https://www.dn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-desde-2004-8534384.html>; <https://www.jn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-atribuidos-aos-movimentos-islamitas-5089588.html>; https://www.rtp.pt/noticias/mundo/numero-de-mortos-no-atentado-de-barcelona-sobe-para-16_n1023440. [Consultado em 13 de setembro de 2017].

DIÁRIO DE NOTÍCIAS; “Terrorismo. Lisboa reforça segurança com blocos de cimento e pilaretes”, 21 de agosto de 2017: disponível em <https://sol.sapo.pt/artigo/577084/terrorismo-lisboa-reforca-seguranca-com-blocos-de-cimento-e-pilaretes>.

[Consultado em 22 de agosto de 2017].

O OBSERVADOR; “Dez municípios assinam contratos de segurança com o Governo”, 14 de julho de 2016. Disponível em <http://observador.pt/2016/07/14/dez-municipios-assinam-contratos-de-seguranca-com-o-governo/>. [Consultado em 28 de setembro de 2017].

O PÚBLICO; “Governo prepara revisão da lei da videovigilância”, 16 de maio de 2017. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/05/16/sociedade/noticia/governo-prepara-revisao-da-lei-videovigilancia-1772336>. [Consultado em 14 de setembro de 2017].

SAPO24; “Sorria, está a ser filmado. Mas não significa que está mais seguro”; 13 de junho de 2017, disponível em <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/sorria-esta-a-ser-filmado-mas-nao-significa-que-esta-mais-seguro>. [Consultado em 13 de Setembro de 2017]

SIC NOTÍCIAS; “Vídeo mostra passagem da carrinha a alta velocidade nas Ramblas”, 18 de Agosto de 2017: disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/ataque-em-barcelona/2017-08-18-Video-mostra-passagem-da-carrinha-a-alta-velocidade-nas-Ramblas>. [Consultado em 22 de agosto de 2017].

THE LOCAL.IT; “Four arrested over gang rapes in Italian seaside town”. Disponível em <https://www.thelocal.it/20170904/four-arrested-over-gang-rape-in-rimini-italian-resort>. [Consultado em 13 de setembro de 2017].

Fontes eletrónicas

BODY-WORN CAMERAS <http://news.met.police.uk/news/rollout-of-body-worn-cameras-191380>. [Consultada em 23 setembro 2017]

BUCCIARELLIUN, ANDREA; L'evoluzione dei Sistemi di Videosorveglianza, 2008. Disponível em http://www.eccellere.com/public/files/files/paper_videosorveglianza.pdf. [Consultado em 13 de setembro de 2017].

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA. Portal disponível em <http://cm-amadora.pt>. [Consultada em 21 setembro 2017].

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP), V Revisão Constitucional. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>.

DATA PROTECTION COMMISSIONER; Vide <https://ico.org.uk/>.

DELIBERAÇÃO DA CNPD n.º 61/2004, de 19 de abril. Disponível em <https://www.cnpd.pt/bin/orientacoes/DEL61-2004-VIDEOVIGILANCIA.pdf>. [Consultada em 23 setembro 2017].

DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA; *Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (2016)*. Disponível em <http://siej.djpi.pt>.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA; *Relatório Anual de Segurança Interna (2016)*. Disponível em <http://portugal.gov.pt>.

GARANTEE PER LA PROTEZIONE DEI DATI PERSONALI; <http://www.garanteprivacy.it>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), Portal do Instituto Nacional de Estatística (2016). Disponível em <http://ine.pt/>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE); *Censos – Resultados definitivos. Região de Lisboa (2011), 2012*. Disponível em <http://censos.ine.pt>.

PARECER N.º 70/2011 DA CNPD. Disponível em <https://www.cnpd.pt/bin/relacoes/comunicados/05-12-2011.pdf> [Consultado em 23 de setembro de 2017].

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS; *Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2007*. Disponível em <http://www.unic.pt/imag>

[es/stories/publicacoes/ProgramaGovernoXVII.pdf](#); [Consultado em 02 de Outubro de 2017].

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS; *Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2018*. Disponível em <http://portugal.gov.pt/o-governo/prog-gc21/20151127-programa.aspx>.

Entrevistas

FAZENDA, MARIA HELENA (2017). Procuradora Geral Adjunta e Secretária Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa: 30 de outubro.

MAURÍCIO, JORGE (2017). Comandante do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa. Lisboa: 15 de outubro.

PEREIRA, RUI (2017). Professor Universitário (Ex-Ministro da Administração Interna). Lisboa: 29 de outubro.

SILVA, MANUEL AUGUSTO MAGINA DA (2017). Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança. Lisboa: 12 de outubro.

TAVARES, CARLA (2017). Presidente da Câmara Municipal da Amadora. Amadora: 18 de Outubro.

APÊNDICE I

ENTREVISTAS

GUIÃO DAS ENTREVISTAS

1. O atual programa do XXI Governo reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco. Qual a sua opinião neste contexto?
2. De acordo com a sua experiência funcional, classifica o uso das novas TIC e, em concreto, dos sistemas de CCTV como uma política pública de segurança? Justifique.
3. A videovigilância é, hoje, um conceito conotado com uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. No seu entender, quais os limites que devem ser impostos para que, de um lado se alcance uma maior segurança da sociedade e, por outro, se salvguarde a privacidade dos cidadãos?
4. A implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciais de meios de videoproteção, públicos e privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento não prevê esta capacidade por parte das polícias. Na sua opinião, qual deve ser o papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?
5. De acordo com a sua experiência enquanto gestor de sistema/força/serviço de segurança, como classifica a eficácia dos sistemas de videoproteção/videovigilância na prevenção e combate à criminalidade.
6. No caso do sistema de videoproteção implementado no Município da Amadora, o visionamento, gravação e recolha de imagens é totalmente assegurado e gerido pela PSP. Concorda com este modelo?

7. Consideraria benéfico que as forças policiais em ação preventiva pudessem ter acesso a visionamento em direto às imagens recolhidas por sistemas privados em estabelecimentos ou áreas consideradas prioritárias em termos de segurança como complexos desportivos, zonas comerciais e de espetáculos?

Entrevista à Dra. MARIA HELENA FAZENDA

Caracterização do entrevistado(a):

Nome:	Maria Helena Fazenda
Função:	Procuradora Geral Adjunta e Secretária Geral do sistema de Segurança Interna
Data:	30 de outubro de 2017

- 1. O atual programa do XXI Governo reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco. Qual a sua opinião neste contexto?**

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: No contexto do Programa do XXI Governo, a dinamização de sistemas de videovigilância em zonas de risco insere-se num reforço da prevenção e segurança de proximidade por parte das forças e serviços de segurança que integram o Sistema de Segurança Interna. Os sistemas de videovigilância (CCTV) apresentam-se nos dias de hoje como valiosos instrumentos de trabalho daquelas forças e serviços, tendo como finalidades a proteção de pessoas e bens e a prevenção e repressão de condutas criminais.

Atento o regime jurídico que decorre da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro) deve ser sublinhado o papel dos sistemas de CCTV na prevenção de atos terroristas, por um lado, e na proteção da floresta e deteção de incêndios florestais, por outro, tudo temáticas que adquirem presentemente importância redobrada.

Independentemente do valor deste instrumento, ele deve ser sempre concebido à luz de um rigoroso respeito pelos direitos, liberdades e garantias das pessoas, protegendo-se a reserva da sua intimidade e vida privada, sendo crucial, nesta matéria, o papel atribuído pela L à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

2. De acordo com a sua experiência profissional, classifica o uso das novas TIC e, em concreto, dos sistemas de CCTV, como uma política pública de segurança? Justifique.

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: Qualquer política pública de segurança definida para o atual contexto social e político deve contemplar o envolvimento intensivo de recursos englobados pela designação abrangente de TIC (tecnologias da informação e comunicações). Os sistemas de CCTV inserem-se no conjunto mais vasto dos sistemas de informação, que caracterizam e marcam o dia-a-dia dos que têm a sua atividade ligada à segurança e à justiça.

Um bom exemplo desta afirmação é o ambiente relacionado com a cooperação policial internacional, que assenta em poderosos sistemas de informação (como o Sistema de Informação Schengen). Não raramente os ficheiros de imagem que circulam através de tais sistemas são obtidos através de sistemas de CCTV, o que ilustra bem a importância destes últimos.

3. A videovigilância é, hoje, um conceito conotado com uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. No seu entender, quais os limites que devem ser impostos para que, de um lado se alcance uma maior segurança da sociedade e, por outro, se salvguarde a privacidade dos cidadãos?

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: A legislação em vigor sobre usos de sistemas de CCTV por parte das forças e serviços de segurança é clara quanto aos princípios que devem reger o recurso à utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo: a adequação e a proporcionalidade.

Se à obediência a estes princípios a atividade das forças de segurança se pautar por um estrito respeito pela reserva da intimidade e da vida privada das pessoas serão salvaguardadas as finalidades do recurso aos sistemas de CCTV.

Por isso se realça a já referida importância da CNPD como garante desta equação.

- 4. A implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciais de meios de videoproteção, públicos e privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento não prevê esta capacidade por parte das polícias. Na sua opinião, qual deve ser o papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?**

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: O papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados, é, efetivamente, limitado. Sobretudo no que se refere aos sistemas privados.

Portugal acompanha, assim, a tendência europeia relativa à doutrina de proteção de dados pessoais.

Concebe-se, no entanto, que tal papel possa vir a crescer em função de futuras alterações legislativas.

- 5. De acordo com a sua experiência enquanto gestor de sistema/força/serviço de segurança, como classifica a eficácia dos sistemas de videoproteção/videovigilância na prevenção e combate à criminalidade.**

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: Classifico tais sistemas como muito eficazes.

- 6. No caso do sistema de videoproteção implementado no Município da Amadora, o visionamento, gravação e recolha de imagens é totalmente assegurado e gerido pela PSP. Concorda com este modelo?**

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: O sistema implementado pelo Município da Amadora configura um modelo bastante funcional.

Importa, porém, deixar transcorrer algum tempo (os dois anos previstos na Lei) para se proceder a uma análise e avaliação do modelo. Do seu sucesso ou insucesso poderá decorrer, ou não, o eventual equacionar de modelos alternativos.

7. Consideraria benéfico que as forças policiais em ação preventiva pudessem ter acesso a visionamento em direto às imagens recolhidas por sistemas privados em estabelecimentos ou áreas consideradas prioritárias em termos de segurança como complexos desportivos, zonas comerciais e de espetáculos?

Dra. MARIA HELENA FAZENDA: Todas as medidas e ações que contribuam para a prevenção de práticas criminais devem ser analisadas e, se consideradas adequadas, postas em prática. Isto é, naturalmente, válido para o visionamento de imagens nos termos propostos.

Uma vez mais se sublinha a necessidade de garantir uma ação por partes das forças de segurança em consonância com os princípios da adequação e proporcionalidade.

Entrevista ao Superintendente JORGE MAURÍCIO

Caracterização do entrevistado(a):

Nome:	Jorge Maurício
Função:	Comandante Metropolitano de Lisboa
Data:	15 de outubro de 2017

- 1. O atual programa do XXI Governo reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco. Qual a sua opinião neste contexto?**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Concordo plenamente com a política referida, sendo em minha opinião um instrumento para a prevenção e investigação criminal.

- 2. De acordo com a sua experiência profissional, classifica o uso das novas TIC e, em concreto, dos sistemas de CCTV, como uma política pública de segurança? Justifique.**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Não. Entendo que o CCTV poderá ser, e é, uma ferramenta a usar nas políticas públicas de segurança.

- 3. A videovigilância é, hoje, um conceito conotado com uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. No seu entender, quais os limites que devem ser impostos para que, de um lado se alcance uma maior segurança da sociedade e, por outro, se salvguarde a privacidade dos cidadãos?**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Julgo que os mecanismos já previstos na Lei de salvaguarda de privacidade nas residências privadas, assim como a informação nos locais públicos que há CCTV, são cruciais.

- 4. A implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciais de meios de videoproteção, públicos e privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento não prevê esta capacidade por parte das polícias. Na sua opinião, qual deve ser o papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Entendo que o modelo atualmente em vigor na supervisão – monitorização das imagens é equilibrado, aliás na esteira de outros procedimentos / medidas cautelares do CPP.

- 5. De acordo com a sua experiência enquanto gestor de sistema/força/serviço de segurança, como classifica a eficácia dos sistemas de videoproteção/videovigilância na prevenção e combate à criminalidade.**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Embora não haja ainda, em concreto, estudo feito ao CCTV do Bairro Alto e Amadora, entendo que estes mecanismos são muito úteis na resposta à prática de crimes em flagrante e na investigação criminal.

- 6. No caso do sistema de videoproteção implementado no Município da Amadora, o visionamento, gravação e recolha de imagens é totalmente assegurado e gerido pela PSP. Concorda com este modelo?**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Com o histórico do CCTV em Portugal e com a necessária sedimentação de processos, concordo, não me melindra de que no futuro passe para a alçada de outras entidades, à imagem do que sucede noutros países. O que se torna premente é a instalação de *software* inteligente acoplado aos sistemas CCTV.

- 7. Consideraria benéfico que as forças policiais em ação preventiva pudessem ter acesso a visionamento em direto às imagens recolhidas por sistemas privados em estabelecimentos ou áreas consideradas prioritárias em termos de segurança como complexos desportivos, zonas comerciais e de espetáculos?**

Superintendente JORGE MAURÍCIO: Concordo em absoluto.

Entrevista ao Mestre RUI PEREIRA

Caracterização do entrevistado(a):

Nome:	Rui Pereira
Função:	Docente Universitário
Data:	29 de outubro de 2017

1. O atual programa do XXI Governo reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco. Qual a sua opinião neste contexto?

Mestre RUI PEREIRA: Concordo e penso que são da maior utilidade

2. *De acordo com a sua experiência profissional, classifica o uso das novas TIC e, em concreto, dos sistemas de CCTV, como uma política pública de segurança? Justifique.*

Mestre RUI PEREIRA: Classifico, porque podem assumir um papel relevante, à escala nacional, na prevenção e investigação criminal.

3. A videovigilância é, hoje, um conceito conotado com uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. No seu entender, quais os limites que devem ser impostos para que, de um lado se alcance uma maior segurança da sociedade e, por outro, se salvaguarde a privacidade dos cidadãos?

Mestre RUI PEREIRA: A videovigilância apenas pode ter lugar em zonas públicas e mediante aviso. Assim sendo, as restrições à privacidade são aceitáveis, à luz do artigo 18.º, n.º 2, da CRP.

4. **A implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciais de meios de videoproteção, públicos e privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento não prevê esta capacidade por parte das polícias. Na sua opinião, qual deve ser o papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?**

Mestre RUI PEREIRA: Concorde com um sistema em que a supervisão e monitorização caibam às polícias e o controlo e a fiscalização às autoridades judiciais.

5. **De acordo com a sua experiência enquanto gestor de sistema/força/serviço de segurança, como classifica a eficácia dos sistemas de videoproteção/videovigilância na prevenção e combate à criminalidade.**

Mestre RUI PEREIRA: Cheguei à conclusão de que são muito eficazes na prevenção da criminalidade, através de experiências como a de Coimbra ou a do Santuário de Fátima. Há uma repercussão direta na diminuição da criminalidade.

6. **No caso do sistema de videoproteção implementado no Município da Amadora, o visionamento, gravação e recolha de imagens é totalmente assegurado e gerido pela PSP. Concorde com este modelo?**

Mestre RUI PEREIRA: É claro que concordo. Para tanto, basta ter presente que a PSP é a polícia territorialmente competente e tem competências genéricas no âmbito da investigação criminal.

- 7. Consideraria benéfico que as forças policiais em ação preventiva pudessem ter acesso a visionamento em direto às imagens recolhidas por sistemas privados em estabelecimentos ou áreas consideradas prioritárias em termos de segurança como complexos desportivos, zonas comerciais e de espetáculos?**

Mestre RUI PEREIRA: Consideraria benéfico, na medida em que defendo que uma das orientações de uma política de segurança é controlar as principais fontes de perigo (como e quais locais podem ser) e proteger vítimas especialmente vulneráveis.

Entrevista ao Superintendente-chefe MANUEL MAGINA DA SILVA

Caracterização do entrevistado(a):

Nome:	Manuel Augusto Magina da Silva
Função:	Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança
Data:	12 de outubro de 2017

- 1. O atual programa do XXI Governo reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco. Qual a sua opinião neste contexto?**

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: A videovigilância dos espaços públicos ou de acesso público é uma ferramenta fundamental para as polícias, especialmente no quadro de ameaça terrorista que afeta os estados membros da União Europeia. Saúdo o objetivo de dinamizar a instalação de sistemas de CCTV, mas infelizmente a mera intenção não é suficiente. Defendo uma revisão total do quadro jurídico aplicável a esta área. As limitações legais ao uso de câmaras de vídeo espaços públicos ou de acesso público, por parte das FS, são incompreensíveis e totalmente desfasadas e em contraciclo com o que os restantes EM da EU têm feito para responder ao novo quadro de ameaças em que vivemos.

- 2. De acordo com a sua experiência profissional, classifica o uso das novas TIC e, em concreto, dos sistemas de CCTV, como uma política pública de segurança? Justifique.**

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: Não diria tanto. Os sistemas de CCTV ou outros que permitam uma monitorização mais abrangente dos espaços públicos ou de acesso público não deixam de ser apenas ferramentas. Permitir essa monitorização para que as FS possam reagir da forma mais rápida e eficiente possível às ameaças criminais, incluindo as terroristas, isso sim é uma política de segurança pública.

- 3. A videovigilância é, hoje, um conceito conotado com uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. No seu entender, quais os limites que devem ser impostos para que, de um lado se alcance uma maior segurança da sociedade e, por outro, se salvguarde a privacidade dos cidadãos?**

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: A vigilância de espaços públicos ou de acesso público não é, em minha opinião uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. Isso é uma visão errada e traduz um paradigma de desconfiança sistémica da ação das FSS. Este paradigma, profundamente injusto nos nossos dias (atendendo ao estado de “maturidade democrática” que caracteriza atualmente as nossas FSS), inquina a visão do decisor político e do legislador. Temos que partir do princípio de que as FSS cumprem a lei e usam as ferramentas de que dispõem para cumprir a sua missão, no respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos. Obviamente, quando ocorrerem desvios e uso ilegal dessas ferramentas (não só da videovigilância, mas de todas as outras disponíveis, como as escutas telefónicas), devem ser severamente punidos. Com os avanços tecnológicos em matéria de TIC, é possível criar mecanismos e sistemas fiáveis de proteção dos dados registados, de garantir que apenas as pessoas autorizadas o podem aceder às imagens gravadas e de que tais acessos ficam devidamente registados e identificados.

- 4. A implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciárias de meios de videoproteção, públicos e**

privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento não prevê esta capacidade por parte das polícias. Na sua opinião, qual deve ser o papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: Acho que a resposta é relativamente simples. A colocação das câmaras de videovigilância, dentro de um quadro legal adequado (que não o que temos agora) deveria ser uma decisão das FSS. A ação de fiscalização interna (às FSS) e externa deveria incidir sobre o cumprimento dos dispositivos legais relativamente á guarda, acesso e extração das imagens gravadas e não à concessão de autorização para que os sistemas sejam instalados e permitam a visualização em tempo real dos espaços públicos ou de acesso público. Relativamente à questão mais concreta de quem deve visualizar as imagens, quando os sistemas se começam a disseminar, não é possível que apenas um Centro de Comando e Controlo Operacional consiga monitorizar todos os sistemas instalados. A Polícia Metropolitana de Londres (provavelmente a polícia com maior experiência nesta área), no seu CCO dispõe do sinal de mais 16000 câmaras. Estas câmaras são monitorizadas, em primeira linha, por 31 centrais de videovigilância dependentes do poder local que, sempre que existe necessidade, disponibilizam de imediato os respetivos sinais vídeo ao CCCO da polícia. O sistema está tão bem montado é de tal forma eficiente que muitas vezes conseguem ver primeiro as imagens das ocorrências antes da chegada dos polícias enviados para a elas responderem. Apenas um sistema deste tipo permitiu à Polícia Metropolitana de Londres responder e anular em oito minutos um ataque terrorista recentemente ocorrido em Londres em 3-6-2017, cometido por três homens e que causou a morte de sete pessoas e pelo menos 48 feridos. Pura e simplesmente tal eficácia policial não teria sido possível se a Polícia Metropolitana de Londres não dispusesse do referido sistema de videovigilância.

- 5. De acordo com a sua experiência enquanto gestor de sistema/força/serviço de segurança, como classifica a eficácia dos sistemas de videoproteção/videovigilância na prevenção e combate à criminalidade.**

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: Os sistemas de videovigilância são mais do que apenas uma ferramenta de prevenção e combate à criminalidade e servem diversos desígnios fundamentais relacionados com áreas de soberania do Estado. São também uma ferramenta de investigação criminal e de gestão operacional da resposta policial a diversas ocorrências, independentemente da sua gravidade.

- 6. No caso do sistema de videoproteção implementado no Município da Amadora, o visionamento, gravação e recolha de imagens é totalmente assegurado e gerido pela PSP. Concorda com este modelo?**

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: Na realidade nacional penso que sim, mas não me repugnaria que fossem polícias municipais, dentro de um quadro de mera visualização em tempo real, em coordenação e sob a supervisão da PSP, sendo esta a única autorizada a aceder às imagens gravadas e a extrair as mesmas. O importante é garantir que o sinal vídeo é rapidamente enviado para o CCCO do CM Lisboa, para que possa ser dada a adequada resposta policial às várias ocorrências policiais.

- 7. Consideraria benéfico que as forças policiais em ação preventiva pudessem ter acesso a visionamento em direto às imagens recolhidas por sistemas privados em estabelecimentos ou áreas consideradas prioritárias em termos de segurança como complexos desportivos, zonas comerciais e de espetáculos?**

Superintendente-chefe MAGINA DA SILVA: Obviamente que sim, pelas razões já referidas. Num quadro legal adequado, a concessão de autorização de

instalação e funcionamento de sistemas de videovigilância por parte de entidades privadas devia ficar dependente da possibilidade de que as imagens recolhidas pudessem ser transmitidas, em tempo real, para os CCCO das FS, servindo assim não apenas para a ação preventiva das polícias, mas também reativa, em tempo mais célere.

Entrevista à Dra. CARLA MARIA NUNES TAVARES

Caracterização do entrevistado(a):

Nome:	Carla Maria Nunes Tavares
Função:	Presidente da Câmara Municipal da Amadora
Data:	18 de outubro de 2017

- 1. O atual programa do XXI Governo reorienta as estratégias de segurança para uma política assente num sistema de segurança interna mais operativo, coordenado e eficaz. Para tal desiderato, as novas políticas de segurança definem, como um dos objetivos a alcançar, a dinamização da instalação de sistemas de CCTV em zonas de risco. Qual a sua opinião neste contexto?**

DRA. CARLA TAVARES: Enquanto Presidente de Câmara considero os sistemas de CCTV um instrumento de trabalho importante para as forças de segurança, quer preventivamente, como na identificação de responsáveis pela prática de crimes, por isso, creio ser vantajoso o seu alargamento aos locais que se justifiquem, quer sejam considerados ou não como zonas de risco.

- 2. De acordo com a sua experiência profissional, classifica o uso das novas TIC e, em concreto, dos sistemas de CCTV, como uma política pública de segurança? Justifique.**

DRA. CARLA TAVARES: As novas tecnologias de informação e comunicação e, em especial, os sistemas de CCTV podem ter um papel importantíssimo ao nível da segurança, quer do ponto de vista objetivo, como subjetivo.

Considero que é vantajoso que os sistemas de videoproteção sejam enquadrados enquanto políticas públicas de segurança e que haja uma maior intervenção da Administração Central na sua implementação, quer na definição

de equipamentos e sua compatibilidade com os sistemas já utilizados pelas forças de segurança, quer na comparticipação nos respetivos custos.

Até hoje, se formos a verificar, os municípios têm sido os maiores dinamizadores na implementação de sistemas de videoproteção e, não fosse o custo elevado associado e a complexidade destes processos, estariam reunidas condições para outras autarquias tomarem essa iniciativa.

Recorrendo ao exemplo do sistema de CCTV da Amadora, apesar de ser constituído por um número considerável de câmaras, 103, ainda assim não abrange a totalidade do concelho e acarretou um esforço financeiro, exclusivamente municipal, de cerca de 2.000.000,00€, entre projetos, consultorias e execução da empreitada, valor esse que ainda irá aumentar com a manutenção do sistema.

De referir que o facto das autorizações emitidas pela Administração Interna terem, por imposição legal, a duração máxima de 2 anos, tal pode ser penalizador do ponto de vista financeiro, dificultando, pelo custo elevado, uma solução com recurso a *renting* e que dificultará a celebração de contratos de assistência técnica, os quais não podem ultrapassar os períodos de autorização, na medida em que não há garantias absolutas de renovação, nem sequer de manutenção do interesse das forças de segurança em prosseguir com os projetos implementados.

O mesmo se diga por parte das autarquias, já que sendo os equipamentos propriedade municipal, não há igualmente garantia para as forças de segurança que uma redefinição da política de segurança do concelho não leve ao cancelamento do funcionamento do sistema instalado, com a devolução dos equipamentos.

A par, é de salientar que estes processos são, igualmente, de grande complexidade técnica.

A inovação tecnológica é um desafio permanente, a título de exemplo, em 2008, quando a Câmara Municipal da Amadora apresentou a primeira proposta de instalação de câmaras, o sistema projetado funcionava num suporte ADSL e com câmaras analógicas e em 2017 acabámos por instalar câmaras numa plataforma IP, com ligação exclusivamente por fibra ótica, com uma resolução

e capacidade de *zoom* elevadíssima, que nem se imaginava vir a existir quando o projeto começou a ser delineado.

Além da complexidade técnica, estes processos são complicados porque os Municípios não têm experiência neste tipo de equipamentos e sistemas. Só com o forte empenho dos serviços municipais competentes, auxiliados por projetistas especializados e da Divisão da Amadora da Polícia de Segurança Pública foi possível implementar o sistema vigente na Amadora.

Do ponto de vista das autarquias locais, creio que estas podem ter um papel ativo nas políticas de segurança, mediante o estabelecimento de parcerias, que potenciarão a replicação destes sistemas regionalmente, em regime de complementaridade e permitindo uma cobertura maior de território, visto os atuais riscos e ameaças e criminalidade serem globais e exigirem medidas com uma dimensão supramunicipal.

3. A videovigilância é, hoje, um conceito conotado com uma forma de controlo da vida privada dos cidadãos. No seu entender, quais os limites que devem ser impostos para que, de um lado se alcance uma maior segurança da sociedade e, por outro, se salvaguarde a privacidade dos cidadãos?

DRA. CARLA TAVARES: Obviamente que a videoproteção pode afetar a reserva da intimidade da vida privada, no entanto, em razão de valores como a segurança não tenho dúvidas de que uma parte elevada da população não se sente incomodada com uma redução da sua privacidade, aliás, muito pelo contrário.

A prova disso é que para efeitos de instrução do processo de autorização da Amadora foi realizado um estudo de opinião em que 76% dos residentes consideraram que a instalação de câmaras de vídeo não iria violar o seu direito à reserva da intimidade da vida privada.

Além disso, e a título de exemplo, todas as semanas, a Câmara Municipal da Amadora recebe pedidos de munícipes que pedem para a videoproteção ser alargada, que questionam o porquê da sua rua não se encontrar vigiada, o que

também demonstra a reduzida preocupação da população sobre questões ligadas à reserva da intimidade da vida privada.

Aliás, curiosamente, uma das críticas mais frequentes é sobre a sinalética instalada, são várias as pessoas que nos questionam sobre a sua existência, pois defendem que não devia estar sequer sinalizada a localização das câmaras.

Tal demonstra a confiança da população nas forças de segurança e no correto uso dado a estes sistemas e penso que essa é a garantia que deve ser assegurada às populações, que prescindem da sua privacidade em prol da segurança coletiva e que a vigilância por vídeo é utilizada nos estritos limites da lei e exclusivamente para os fins que visa prosseguir

- 4. A implementação deste tipo de sistemas de segurança passiva em vários países aponta para uma supervisão e monitorização por parte das autoridades policiais e judiciárias de meios de videoproteção, públicos e privados. Em Portugal, a regulamentação existente até ao momento não prevê esta capacidade por parte das polícias. Na sua opinião, qual deve ser o papel das forças de segurança no domínio da supervisão e monitorização de imagens dos sistemas de videoproteção, públicos e privados?**

DRA. CARLA TAVARES: Na minha opinião todos os instrumentos de trabalho que possam ser disponibilizados às forças de segurança são úteis. Se os sistemas existem e desde que sejam criadas condições técnicas para a visualização das imagens em tempo real e as forças de segurança tenham capacidade para o fazer, acredito que seria muito vantajoso.

A legislação atual já prevê a obrigatoriedade de existência de sistemas de vigilância em estabelecimentos considerados de maior risco, como estabelecimentos de compra e venda de metais preciosos e obras de arte, postos de abastecimento de combustíveis e farmácias, e cuja fiscalização já está cometida às forças de segurança.

A possibilidade de aceder a essas câmaras à distância, em caso de necessidade, seria um complemento importante para os próprios sistemas de videoproteção urbana existentes.

- 5. De acordo com a sua experiência enquanto gestor de sistema/força/serviço de segurança, como classifica a eficácia dos sistemas de videoproteção/videovigilância na prevenção e combate à criminalidade.**

DRA. CARLA TAVARES: Na realidade, o Município da Amadora não tem qualquer função enquanto gestor do sistema, limitando-se, atualmente, a assegurar o funcionamento e a manutenção dos equipamentos.

No entanto, em relação ao sistema de videoproteção urbana instalado, das informações veiculadas pela Divisão Policial da Amadora e grau de satisfação da população, que constantemente nos transmite que se sentem mais seguros, fazemos um balanço muito positivo do ainda curto período de funcionamento do sistema.

- 6. No caso do sistema de videoproteção implementado no Município da Amadora, o visionamento, gravação e recolha de imagens é totalmente assegurado e gerido pela PSP. Concorda com este modelo?**

DRA. CARLA TAVARES: Enquanto Presidente de uma Câmara Municipal que investiu na instalação de um sistema, obviamente que considero que o Município também deveria ter acesso às imagens para o cumprimento das suas atribuições legais, seja para efeitos de prossecução das suas competências em matéria de proteção civil, como para uma melhor e célere identificação de deficiências na via pública e eficácia da sua atividade fiscalizadora.

A título de exemplo, ao nível da higiene urbana há um problema sério na cidade da Amadora com a deposição ilegal de entulho, que poderia ser controlado se os serviços municipais tivessem acesso às imagens e pudessem fazer uso delas para instruir processos de notificação e de contraordenação.

Ao nível da prossecução das competências municipais em matéria de proteção civil, apesar de haver uma colaboração estreita (por exemplo, recentemente, houve um incêndio cujo alerta foi dado por quem estava a visualizar as câmaras no centro de comando e controlo), sendo o respetivo comandante operacional, funcionário municipal, quem coordena os meios de socorro e de segurança no teatro de operações, seria vantajoso, que ele e os demais agentes de proteção civil pudessem, em caso de necessidade, aceder às imagens em tempo real.

- 7. Consideraria benéfico que as forças policiais em ação preventiva pudessem ter acesso a visionamento em direto às imagens recolhidas por sistemas privados em estabelecimentos ou áreas consideradas prioritárias em termos de segurança como complexos desportivos, zonas comerciais e de espetáculos?**

DRA. CARLA TAVARES: Todos os meios que possam ser colocados à disposição das forças de segurança para poder evitar qualquer incidente ou prática criminal são, obviamente, benéficos.